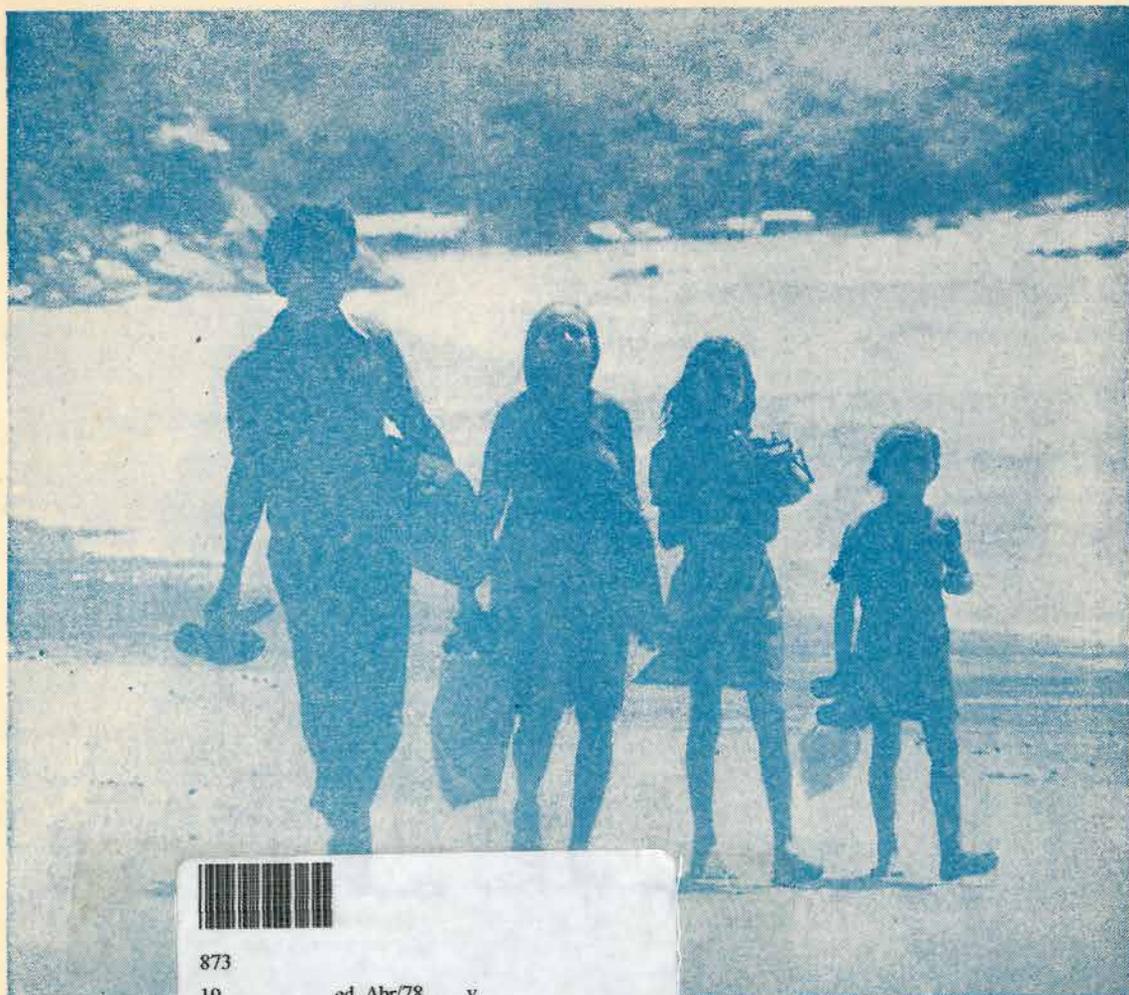




A CHAMA

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES
DO COLÉGIO S. VICENTE DE PAULO-RIO

ANO V — ABRIL DE 1978 — N.º 19 23



873

19

ed. Abr/78 v.

A Chama

OS DIREITOS SAGRADOS DO HOMEM

D. CARLOS ALBERTO NAVARRO:
«SOU OTIMISTA E CREIO
NA LIBERDADE DE OPÇÃO

A HISTÓRIA DO COLÉGIO
DE UM HOMEM DO POVO,
ENTRE O POVO, NASCE O
COLÉGIO SÃO VICENTE

QUANTO CUSTA PARA
A HUMANIDADE A
CORRIDA ARMAMENTISTA

O USO DA CIÊNCIA
E DA TECNOLOGIA

RUMOS NOVOS

Há cinco anos, "A CHAMA" surgia como o órgão de divulgação e comunicação da Associação de Pais e Mestres. Durante este tempo, ela passou por várias fases, num crescimento contínuo, procurando levar todos os que se interessam pelo Colégio, mais informações sempre, suscitando debates, abrindo as portas do São Vicente, através da palavra escrita.

Seu número de leitores atinge hoje muitos pais de alunos, professores, diretores de outros colégios e outras entidades de educação. Está longe, porém, de se contentar plenamente, a ponto de não querer crescer mais, transformar-se sempre, para melhor atingir um número maior de leitores.

Sendo assim, uma comissão foi criada, no início deste ano, com o objetivo de desenvolver a revista, tornando a sua mensagem cada vez mais elucidativa, dentro dos princípios que norteiam a filosofia do São Vicente. A diretoria da APM congratula-se com a Comissão pelo entusiasmo com que iniciou o trabalho, ainda durante as férias e pelo afincamento que logo demonstrou, para que este primeiro número de 1978 saísse na data prevista.

Nosso diálogo continua aberto e o nosso interesse é tornarmos-nos cada vez mais justos, para que nossos filhos lutem por um mundo onde a justiça impere, onde todos saibam respeitar o direito de cada um.

A DIRETORIA DA APM

AGRADECIMENTO

A CHAMA nasceu da inspiração e do idealismo de Maria Célia Bustamante. Cresceu e sobreviveu 22 números, como fruto de seu amor materno. A Maria Célia, a diretoria anterior da APM delegou esta importante tarefa que, até 1973, tinha permanecido letra morta de regimento. De setembro de 73 em diante, ela se tornou presença constante na família do S. Vicente. Presença discreta, sem dúvida. Percebida por muitos, ignorada por alguns, ela vai entrando casa adentro, ousadamente, sem pedir licença, provocando resposta, tentando o diálogo, buscando a reflexão, intimando todos a participar de um processo que é o projeto educacional do Colégio.

É evidente que não se pode atribuir a M.^a Célia todo o conteúdo destes 22 números... Aos poucos, nossos mestres, funcionários, pais de alunos, se foram acostumando a dar sua colaboração. Nem sempre mesmo, a bem da verdade, a própria M.^a Célia estava de perfeito acordo com o que saía a lume.

Nem sempre a apresentação externa esteve a seu gosto e feito. Mesmo assim, ela estava bem dentro de cada número. Coordenando tudo, acertando a matéria e arte final, redigindo impreterivelmente, em cada editorial, sua mensagem de fé, seu brado de "ir em frente custe o que custar".

Agora A CHAMA reaparece em nova forma e com novos responsáveis. Premida por muitos compromissos e consciente de uma missão cumprida, M.^a Célia pediu à Direção da APM que a liberasse do encargo de Redatora Responsável.

A DIRETORIA DA APM

CARTAS

Considerarei a reunião de pais do dia 8 p. p. como um evento significativo e oportuno, tanto para uma tomada de posições, quanto para uma reflexão maior sobre o que foi o próprio temário da reunião.

Embora a maioria se pronunciasse a favor da filosofia educacional adotada pelo colégio, as formas de manifestação observadas, bem como o nível de preocupação existentes revelaram que, pelo menos, o conteúdo dessa filosofia não foi ainda suficientemente esclarecido e meditado. Se o tivesse sido, não teria havido tanta desconfiança e tanto receio.

No meu entender, o processo de educação libertadora em desenvolvimento no Colégio S. Vicente é uma das várias formas possíveis de expressão da própria filosofia de vida cristã, que transcende, por esta razão, os limites da comunidade de uma escola. Esse processo, como inúmeros outros movimentos que estão sempre surgindo em diferentes condições e contextos, nada mais são que o resultado da força do amor irradiado permanentemente por Cristo Senhor e que inspira a todos os seres já amadurecidos para sua efetiva realização. A medida em que nos impregnamos dessa força,

EDUCAÇÃO LIBERTADORA

vamos reconhecendo o quanto se torna necessária uma profunda transformação, a começar por nós mesmos, para que a vida humana, antes mesmo de se tornar plenamente cristã, se torne ao menos digna para todos os seres, sem distinção.

É por essa razão que uma filosofia de educação libertadora, na forma adotada pelo colégio, ou em qualquer outra forma que seja alimentada pelo amor cristão, fraternal e universalizante, não tem limites de aplicação, nem deve estar restrita a grupos ou pessoas. Ainda mais, se o processo é válido, porque não estendê-lo a outros meios, além daquele restrito à educação de nossos filhos?

Acredite que este possa ser um adequado tema para debate nas Reuniões da APM, sendo propostas as seguintes questões:

a) Como os princípios da educação libertadora poderiam ser estendidos aos lares e à comunidade?

b) Que modificações seriam necessárias introduzir no estilo de vida dos participantes, de forma a torná-la realidade?

ROBERTO GOMES DA COSTA



A CHAMA

EXPEDIENTE

A CHAMA

Rua Cosme Velho, 241 — Tel.: 285-0631
Laranjeiras — 20.000 — Rio de Janeiro (RJ)

CONSELHO EDITORIAL:

Isis e Atila de Figueiredo Neves, Maria Lúcia e Francisco Albuquerque, Vera e Alberto Moreira Filho, Leonor e Joaquim Barat, Vera e Sérgio Coelho Gomes, Laís e Roberto Gomes da Costa, Teresa e Nelson Lemos, Cecília e Eduardo Craddock, Conceição e Weimar Vaz, Maria Lúcia e José Nilo Tavares,

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO:

Marcelo Camurça,

CONTATO DE PUBLICIDADE:

Edison de Souza Saenz

Produção e Impressão: Gráfica Editora Itambé S.A. — Rua Leandro Martins, 72 — Rio de Janeiro — RJ

- Os artigos assinados, são da responsabilidade dos autores.
- Aceitamos permutas, com publicações do gênero.
- Circulação dirigida: 2.000 exemplares.

ANO V — ABRIL DE 1978 — N.º 19

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO SÃO VICENTE DE PAULO — RIO

* * *

SUMÁRIO

	Pag.
Colégio é Caro	4
O Diretor Responde	4
Fala D. Carlos Navarro	5
Atividades Extra-Classes	6
A Realidade e o Mito do Vestibular	7
IBOPE Devassa São Vicente	8
Educação Libertadora	10
História do São Vicente	13
Novas Profissões: Sociologia	14
Os Sagrados Direitos Humanos	16
Os Gastos Com a Guerra	19
O Que Vai Pela APM	21
Ciência, Tecnologia e Dependência .	22
Humor	27

MODIFICAÇÕES

Duas modificações em "A CHAMA" saltarão à vista do leitor: a relacionada com a apresentação gráfica e a relacionada com o conteúdo da matéria publicada. Acreditamos que, com tais mudanças, estaremos ajustando a revista às novas condições surgidas na comunidade do S. Vicente e na sociedade, em geral "A CHAMA", a partir de agora, perfila-se mais à vontade com a linha filosófica e educacional adotada pelo Colégio, expressa nos princípios da educação libertadora e do

humanismo cristão. Existe, por outro lado, uma direção colegiada para a publicação, integrada pela diretoria da APM e por mais alguns casais que fazem parte da associação. A experiência que ora iniciamos, no entanto, será frustrada, se não contarmos com a colaboração efetiva — em atos e intenções — dos pais, mestres e (por que não?) alunos, do Colégio. Aqui ficamos à espera das suas colaborações, críticas e sugestões. Até o próximo número, em maio.

O CONSELHO EDITORIAL

COLÉGIO SÃO VICENTE DE PAULO

Nº REG.

873

DATA

18 / 04 / 2001

RECLAMA O PAI DE ALUNO:

ACHO A MENSALIDADE ALTA

J.J.F., profissional liberal, 42 anos, dois filhos no Colégio S. Vicente, há seis anos, concede entrevista "A CHAMA".

"A CHAMA — O Sr. acompanha a vida do S. Vicente?"

J.J.F. — Acompanho e de várias maneiras. Acompanho os estudos dos meus filhos; já fui 5 ou 6 vezes a reuniões do Colégio; leio à CHAMA; tenho dois amigos que são professores no estabelecimento.

"A CHAMA" — A sua opinião sobre o Colégio:

J.J.F. — Em geral, está acima da média, o ensino ministrado. Vez ou outra meus filhos se queixam de um ou outro professor: dificuldade em transmitir, impaciência com os alunos, autoritarismo. Por exemplo, soube do caso de um professor que descontava pontos dos alunos por causa da sua postura física em aula. Mas isso é exceção. Gosto muito da orientação do Colégio: liberal, aberta, crítica. E acho o S. Vicente uma instituição organizada: quase tudo planejado, em seu devido lugar.

"A CHAMA" — Mais alguma coisa?"

J.J.F. — Acho as mensalidades altas. Pago cerca de 3 mil cruzeiros mensais para os meus dois filhos. E isso representa quase 20% do meu salário. Não acho também muito justo o pagamento das mensalidades em janeiro e fevereiro. E igualmente, sou contra a cobrança de 10% de multa para quem atrasa o pagamento em mais de 10 dias. É muito alta.

"A CHAMA" — O Sr. conhece os princípios da educação libertadora?"

J.J.F. — Sim, e acho ótimos. Fazer da educação um instrumento de libertação e criatividade. Infelizmente, não fui educado assim. Estudei com os maristas: muito reprimido, muito chelo de preconceitos, muito carola.

"A CHAMA" — Que sugestões oferece à melhoria da CHAMA?"

J.J.F. — Deve ser uma revista mais dinâmica, moderna, viva. E com orientação compatível com a linha geral do Colégio. Acho que a revista deveria tratar da problemática nacional: lutar pelos direitos humanos, pela anistia, pela instauração de uma democracia, sem abjetivos, no país.

"A CHAMA" — O Sr. gostaria de colaborar conosco e com a APM?"

J.J.F. — Gostaria, só que não tenho muito tempo disponível, pois trabalho cerca de 10 horas por dia. Além do mais, não sei em que poderia ser útil.

«A Escola que nega a conservação levanta resistências», diz Pe. Almeida



Padre Almeida fala.

«A CHAMA» — Qual o grau de consciência da Comunidade do Colégio, a propósito dos princípios ideológicos que norteiam a obra?

PE. ALMEIDA — Nunca tivemos muita pressa em divulgar tais princípios. Desde 68, quando os adotamos, lutamos por fazê-los passar à prática e põe a inovar quer nos métodos quer nos mitente às vezes, sempre com fé no objetivo, conseguimos que o núcleo central de entusiastas fosse crescente, através de contínua reflexão. A partir de 76, vários professores e orientadores participavam dos cursos sobre o mesmo tema; grupos de alunos e ex-alunos, funcionários. Pais também aderiram. Criou-se um clima, uma linguagem comum. E o processo continua...

«A CHAMA» — Pesquisa do IBOPE revelou que existem áreas de oposição à orientação do Colégio entre os pais de alunos. Como o Sr. vê isso?

PE. ALMEIDA — Seria estranho que, quer na Comunidade interna de S. Vicente (cerca de 2.200 pessoas), quer, sobretudo, na externa (cerca de 5.000 pessoas), não surgissem pontos de resistência ou de atrito. A escola sempre foi considerada uma força conservadora, apta a reproduzir o modelo social em que está inserida. Como força conservadora, ela tranqüiliza todo mundo. À medida em que ela rejeita tal característica e põe a inovar quer nos métodos quer nos objetivos, é evidente que suscite resistências. Entretanto, a bem da verdade, devemos considerar a Comunidade do S. Vicente muito esclarecida e idealista, já que nos parece diminuta a oposição formal ao nosso sistema.

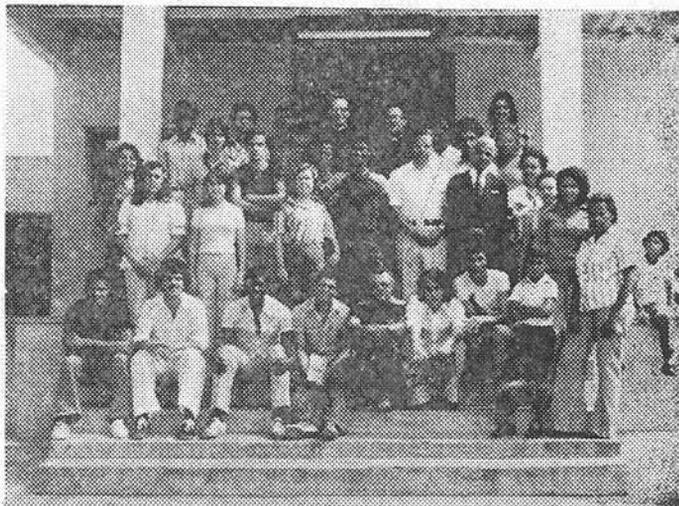
Há pessoas que discordam de tais ou quais medidas ou posições, mas não só excepcionalmente e muito ocasionalmente têm aparecido oposições frontais, fruto quase sempre de mal-entendido.

(Continua na página 6).

D. CARLOS ALBERTO NAVARRO:

«SOU OTIMISTA E CREIO NA LIBERDADE DE OPÇÃO»

Em sua visita à paróquia de S. Judas Tadeu, no Cosme Velho, presentes ao encontro representantes do Colégio S. Vicente (Pe. Almeida, Guerra e Nogueira; professores Talesco, Solange, Jorge Luís, Góes e d. Iris (presidente da APM), o bispo D. Carlos Alberto Navarro debateu a situação do Colégio. Jovem, aberto e informal, o prelado concedeu entrevista à "CHAMA", abordando assuntos relacionados com o 5.º Plano de Pastoral da Arquidiocese, a postura de uma escola católica na formação do adolescente, a educação libertadora, a campanha da Fraternidade e o ecumenismo.



"A CHAMA" — Para a Arquidiocese, qual a prioridade no atendimento às escolas Católicas?

D. CARLOS — Ao apresentar o 5.º Plano de Pastoral da Arquidiocese, D. Eugênio diz que "tratando-se de pessoas, a Igreja não pode deixar de lado nenhum grupo. Por isso, diante destes grupos, a Igreja não opta. Ela se decide por todos. A Pastoral das Escolas Católicas ocupa, neste plano, várias páginas.

"A CHAMA" — Como deve ser a postura de uma Escola Católica, a nível da formação do adolescente?

D. CARLOS — Como escola, deve visar o amadurecimento pleno e integrado do jovem, o que é algo mais do que fornecer-lhe um cabedal de conhecimentos teóricos. É ajudá-lo a ser pessoa, a ser humano. Como católica, proponho-lhe a pessoa de Cristo e sua mensagem vivida pela Igreja, comunidade dos que se deixam libertar por Ele.

"A CHAMA" — O Sr. conhece os princípios da Educação Libertadora?

D. CARLOS — Teoricamente, conheço alguns de seus princípios. Na vida prática, podemos vivê-la internamente e no meu relacionamento com os outros. Trata-se de um processo sempre aberto, meta entusiasmante, tarefa que só se encerra com a morte.

"A CHAMA" — O que o Sr. sabe da linha de ação do Colégio S. Vicente, a nível de

sua filosofia educacional, do Acadêmico (Profissionalizante, Vestibular), das atividades extra-classe, do Grêmio?

D. CARLOS — Não conheço todos os detalhes, infelizmente. Quanto aos princípios, creio que entendo algumas linhas mestras. Acredito no valor do homem, imagem de Deus. Sou otimista, penso que entre nossos impulsos negativos e os positivos, havendo condições, estes são mais atraentes que os primeiros. Sou também realista, e creio na liberdade de optar, ou não, por determinado caminho. Um parêntese: a conversa que tive com coordenadores e alunos foi, para mim, muito enriquecedora. Não sei se eles dirão a mesma coisa.

"A CHAMA" — O Senhor gostaria de conhecer mais profundamente o S. Vicente?

D. CARLOS — Gostaria de conhecer; mais que disso, de viver tais princípios

"A CHAMA" — O Sr. acha ser obrigação de uma Escola Católica dar contribuição a nível do trabalho social, comunitário (como o Supletivo do S. Vicente)?

D. CARLOS — Acho que todo o Homem, todo cristão, plenamente desenvolvido, ou em processo de desenvolvimento, por ser social, tem que saber relacionar-se adequadamente com os outros. Da mesma forma, todo grupo, comunidade, se quer estar aberto à vida, deve abrir os olhos e o coração para a sociedade,

dando riqueza e recebendo o contributo alheio. Isto porque, todo verdadeiro encontro de pessoas é fonte de mútuo enriquecimento.

"A CHAMA" — Quais as perspectivas da Fraternidade da CNBB ("Trabalho e Justiça") na atual conjuntura?

D. CARLOS — A Igreja crê que, hoje e sempre, tem um contributo essencial a dar ao desenvolvimento dos homens. Sua mensagem não está nem a favor nem contra as conjunturas passageiras. Está acima. A Igreja é também humilde. Sabe que os homens não devem ser "objetos", mas "sujeitos". Portanto, todos, e cada um, prestam contributos originais e necessários para o estabelecimento de um mundo mais humano, mais conforme com os planos do Criador.

"A CHAMA" — Como uma escola Católica pode se inserir e contribuir no programa pastoral da Arquidiocese?

D. CARLOS — Seria longo enumerar sugestões. Devolvo a pergunta a vocês. Interrogo,

primeiro, se isto é problema que realmente os preocupa. Se a resposta for afirmativa, creio que somente vocês, como um todo poderão concretizar as pistas de solução ou respostas.

A CHAMA" — O Sr. é favorável ao Ecumenismo?

D. CARLOS — Como pessoa, só posso responder que sim. Mesmo que esteja convicto da minha verdade pessoal, de minha fé, devo e posso aceitar que outros possuam, outro modo de ver. Em última análise, só quem pode julgar alguém é Deus. Como cristão, padre e bispo, caminho com minha comunidade, a Igreja Católica, por esta estrada. Sendo realista, resguardo-me de desrespeitar a crença alheia e também de ver desrespeitada a minha. Em resumo, o Ecumenismo é desejado por Cristo e em cada ponto do mundo deverá ser encontrada a melhor forma de vivê-lo autenticamente. E quanto mais os católicos viverem entre si uma real unidade, mais capacidade terão de se encontrar, em todos os níveis com quem pensa e crê de forma diferente da deles.

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 4).

Para alegria nossa, a imagem do Colégio vista através do aluno, aparece extraordinariamente positiva, quase ideal.

A pergunta (IBOPE). «Como seu filho se manifesta em relação ao Colégio», foram dadas 84% de respostas favoráveis, 7,3% de razoáveis, nenhuma desfavorável e 8,7% sem opinião. (Ver matéria do IBOPE neste número).

«A CHAMA» — O Colégio S. Vicente está entre os que cobram elevada anuidade. Não há remédio para isso?

PE. ALMEIDA — Infelizmente não. O custo operacional de uma casa como o S. Vicente não permite baixar o nível. Estamos inseridos no contexto real do Brasil de hoje. Quem participou da história administrativa do colégio sabe quantos obstáculos foram superados para que se conquistasse a posição atual. Os membros de nosso Conselho Administrativo, pais de alunos, são nossos assessores diretos nesta espinhosa questão econômico-financeira. Melhor do que, eu eles poderiam responder a esta questão digna de debate numa Assembléia Geral da APM.

«A CHAMA» — Sabemos que, apesar de estar há muitos anos na Direção do Colégio, o Sr. não julga completa a sua obra. Poderia dizer-nos quais são seus projetos para o futuro?

PE. ALMEIDA — Estou longe de considerar completa a obra. É um processo. Quanto mais se progride tanto mais claramente se percebem as lacunas. No lado pedagógico, é bem difícil chegar-se à perfeição, em tarefa tão complexa.

No aspecto religioso, mais difícil ainda. Mesmo no campo material, há grandes lacunas a preencher. Por exemplo: Não temos espaço suficiente para abrigar todas as atividades que, em consonância com os princípios de Criatividade,

Liberdade, Aprimoramento do senso crítico, se vão organizando na Comunidade Escolar. Precisamos construir. Esta é minha atual ânsia de melhora. No momento, como já se divulgou, estamos em fase de elaboração de um projeto de financiamento, a depender das instâncias burocráticas, internas e externas. Tenho esperanças de conseguir dar mais um passo à frente. Sempre, é claro, contando com a boa vontade e a ajuda do que designamos, significativamente, a «Família do Colégio».

Atividades Extra-Classe

*** De volta às aulas, a diretoria do Grêmio Ginásial pretende reiniciar o trabalho de mobilização dos alunos, procurando as novas turmas e realizando discussões em torno dos objetivos gerais da entidade.

*** Por outro lado, o Departamento Jornalístico lançou, no dia 15 de março, o "Jornal Especial n.º 1", que trata de assuntos específicos do Grêmio. Para abril, segundo informa Luciana, está previsto o 2.º número do especial, que publicará entrevista com o pessoal da chapa Unidade Renovadora, versando sobre seu programa de atividades.

*** E ainda mais: será lançado em abril o jornal n.º 13, em que todos os alunos escrevem e, possivelmente, em junho, o n.º 14 da "Semente".

VESTIBULAR É UM MITO?

ANO QUE VEM, DO S. VICENTE, VINTE ALUNOS REPROVADOS

O índice de aprovações dos alunos do Colégio S. Vicente, nos vestibulares, na área do Grande Rio, tem oscilado de um mínimo de 84% (1974), a um máximo de 92% (1967), do total dos alunos que prestam o concurso. O índice de aprovação para as universidades públicas e a PUC, por outro lado, tem oscilado em torno dos 60%. Ao mesmo tempo, pode-se prever, a partir de certo padrão de normalidade, que, dos 150 alunos ora cursando a 3a. série, do segundo grau, apenas 20 não lograrão ingresso em nenhum curso superior. A partir da análise dos últimos anos, pode-se prever que a Universidade Federal do Rio de Janeiro receberá 30% dos nossos vestibulandos, seguida pela PUC, que receberá cerca de 15% a 20%. Em seguida, a Universidade Federal Fluminense e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (entre 5% e 10% cada uma), na área pública; e a Santa Ursula e a Gama, Filho (entre 5% e 10%), na área privada. E no que diz respeito às carreiras, a preferência dos vestibulandos do S. Vicente deverá recair nos cursos de Engenharia (cerca de 30% dos vestibulandos) e, mais distantes, Medicina (7% a 10%), Arquitetura (5% a 7%), Direito (4% a 6%), e, no mesmo plano, Ciências Sociais, Comunicação, Biologia, Administração, Economia e Psicologia (% a 5%). O que esses dados significam par ao Colégio, do ponto de vista de uma filosofia educacional?

O MITO DO VESTIBULAR

— «Hoje, preocupamo-nos muito mais com o rendimento em todos os sentidos, do nosso aluno na Universidade, do que no vestibular. É óbvio que a desmistificação do vestibular nos atinge a todos, professores, inclusive», declara à CHAMA, o professor Jorge Luís, coordenador do 2.º grau.

Acentua, em seguida, o esforço que se tem feito, no Colégio, no sentido de denunciar para os alunos o mito do ensino superior e do bacharelismo, não obstante uma realidade objetiva, existente no país, que não pode ser desconhecida. E analisa a questão vocacional, ou de procura de cursos superiores, à luz de toda uma ideologia existente, em torno de valorização profissional, status sócio econômico e mercado de trabalho.

DESDE O INÍCIO

— «Quando, nos idos de 66, dezessete alunos concluíram, pela primeira vez, o 3.º ano do então chamado curso colegial, o vestibular»
(Continua na página 9).

Os alunos do São Vicente rompem a neurose do vestibular.



DEPOIMENTO DE EX-ALUNA

Denise Fraifeld, ex-aluna do S. Vicente e aluna do Centro de Ciências Sociais da PUC, onde entrou ano passado, transmite à CHAMA as suas impressões sobre o Colégio.

Afinal, o que é este S. Vicente?

A CHAMA — *Em que medida o Colégio São Vicente a teria preparado para a Universidade, quer do ponto de vista comunitário, quer do ponto de vista acadêmico?*

Denise — O Colégio desempenhou um papel muito importante na minha formação geral, preparando-me não exclusivamente para a universidade, mas para uma atuação mais consciente dentro do meu contexto maior, que é a sociedade. As atividades extra-classe possibilitam aos alunos uma prática na escola, ao meu modo de ver, fundamental: desde a formação das chapas para a diretoria do grêmio até o trabalho desenvolvido no dia a dia, juntamente com os órgãos que o constituem. Essa prática possibilita o contato dos alunos entre si, fora das turmas, para um trabalho que tem como objetivo atingir os próprios alunos. No jornal, onde particularmente mais participei, as discussões entre nós foram bastante enriquecedoras, contribuindo para um questionamento não só do ensino acadêmico tradicional, como também para a formação de uma consciência crítica da sociedade. Em relação às aulas, lembro-me de dois cursos como especialmente importantes: as aulas de História do Brasil com o Góes, dadas sob forma de dinâmica de grupo, com discussões em cima de textos, e as aulas de Português com o Anésio, no 2.º ano, com propostas para trabalhar com criatividade os livros e os textos literários. Essas au-

(Continua na página 9.)

PESQUISA DO IBOPE:

SÃO VICENTE POSTO À PROVA

Uma pesquisa recentemente realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) sobre o grau de interesse e satisfação de pais e alunos do Colégio São Vicente de Paulo revelou que 96% dos pais e responsáveis mantêm-se informados sobre as atividades desenvolvidas no educandário e 97,3% sobre a situação de aprendizagem dos filhos.

A pesquisa partiu das informações colhidas junto a 150 pais ou responsáveis de alunos matriculados no Colégio, em seus diferentes cursos, com base no cadastro existente na Secretaria, e forneceu os elementos indispensáveis para verificar o cumprimento das metas estabelecidas para as tarefas educacionais.

INFORMAÇÃO

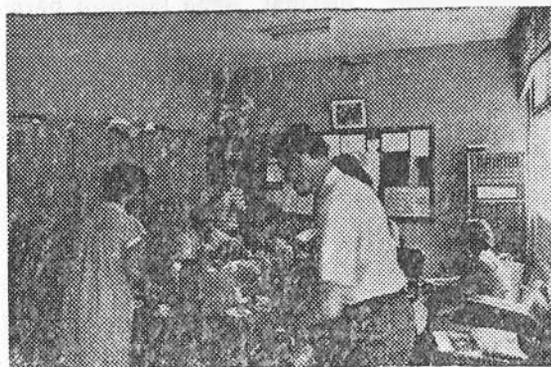
Os resultados da pesquisa, com base na amostragem feita pelo IBOPE, indicam forte participação dos pais em relação às atividades desenvolvidas pelo Colégio e à sua orientação educacional. Tanto assim que, do universo considerado, 93,4% responderam afirmativamente estar cientes da influência da ação educativa no comportamento dos alunos.

Outro dado que evidencia o interesse pelo Colégio está na resposta à pergunta sobre o comparecimento ao Colégio, quando o pai ou responsável é para isso convocado. Do total de 150 entrevistados, 58,3% responderam «com muita presteza» e 24,7% disseram que atendem «com certa presteza». Apenas 7,3% informaram não terem até agora sido convocados.

O bom atendimento pelos diferentes setores do Colégio também foi evidenciado pelos resultados da pesquisa. 88,6% dos pais consultados responderam afirmativamente à pergunta se eram bem atendidas pela Administração, enquanto 88,6% deram resposta favorável quando interrogados se recebiam bom atendimento da Secretaria. Houve igualmente respostas favoráveis ao atendimento pelo Serviço de Orientação Profissional (81,2%), Serviço de Orientação Pedagógica (81,9%) e Serviço de Orientação Religiosa (68%).

Em relação ao Serviço de Orientação Pedagógica, 16% dos pais informaram que não ti-

Os professores.



Os funcionários.

nam feito qualquer solicitação, razão pela qual não poderiam opinar sobre a qualidade do atendimento. Quanto ao Serviço de Orientação Religiosa, 30,6% dos pais não precisaram fazer consultas ou solicitações.

OS FILHOS

A pesquisa procurou saber dos pais quais as manifestações dos filhos em relação ao colégio. E as respostas obtidas mostram que há forte predominância de opiniões que prestigiam a direção do estabelecimento.

A pergunta «Como seu filho se manifesta em relação ao Colégio», 84% emitiram «opiniões favoráveis», segundo o IBOPE. Com «opiniões razoáveis» foram 7,3%, enquanto 8% preferiram não fazer comentários, e 0,7% simplesmente não opinaram. A pesquisa, na amostragem considerada (150 entrevistados), não obteve uma resposta sequer quanto a opiniões desfavoráveis ao Colégio expressas por seus alunos.

ASSOCIAÇÃO

A pesquisa revelou fraca participação dos pais na entidade que os representa — a Associação de Pais e Mestres (APM). Isso se evidenciou pela diminuta proporção — 4,7% — das respostas favoráveis ao quesito sobre participação assídua na APM. Outros 12,7% informaram que participam «regularmente» daquele órgão, enquanto 27,3% disseram que atuam «raramente». A ausência total de participação foi observada em 54,6% dos entrevistados.

Aqueles que têm informações sobre as atividades da APM classificaram a instalação de aparelhos de ar condicionado nas salas de aula como a melhor realização da entidade. Em ordem de importância seguiram-se bolsas de estudo para alunos pobres, excursões e festas juninas.

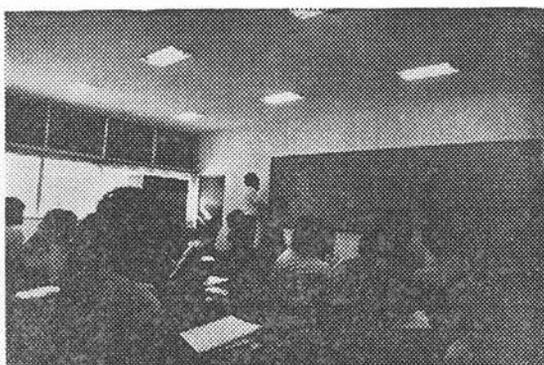
Entre as aspirações manifestadas em relação à APM, os entrevistados, enumeraram, como a mais importante, a doação de bolsas de estudo, contatos com o Diretor, Professor e Orientadores, construção de ginásio de esportes, promoção de dias de estudo, contato com os alunos através dos grêmios e promoção de atividades espirituais.

Dos entrevistados, 40% informaram que não têm possibilidades de participar das atividades da APM. Aqueles que podem colaborar informaram que gostariam de fazê-lo primeiramente nas reuniões da entidade, seguindo-se colaboração na «CHAMA», representantes de turma e membro da Diretoria.

A CHAMA

A pesquisa também procurou colher opiniões em relação «A CHAMA», que constitui o órgão oficial da Associação dos Pais e Mestres. Quanto à leitura, 62% dos pais revelaram que lêem integralmente a publicação, 21,3% só «partes que mais interessam» e 12,7% «geralmente não lê». Apenas 2,7% estão entre aqueles que nunca leram a revista.

O IBOPE procurou saber o tipo de sugestões que poderiam ser apresentadas para melhorar



Os alunos.

«A CHAMA». Houve 26% que não encontraram necessidade de propor algo de novo, «porque está muito bem feita e coordenada». Um total de 8,7% dos pais considerou que a revista precisa inserir artigos educacionais, favorecendo maior participação e contatos com alunos.

Outros (4,7%) acharam que a revista deveria abordar mais assuntos sobre as ações dentro e fora do Colégio, a fim de estimular maior índice de leitura. Registraram-se também opiniões sobre a necessidade da revista veicular tradução de fatos de interesse internacional na esfera educativa, criar uma coluna para artes e divulgar artigos sobre problemas da adolescência com psicólogos.

(CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 7)

lar era uma guerra. O exame não era unificado: cada faculdade organizava o seu próprio concurso e um candidato à medicina, por exemplo, devia inscrever-se, por um mínimo de precaução, em, pelo menos, três delas», prossegue o professor Jorge Luis.

— «A relação candidato/vaga era astronômica: como quase todos os candidatos de uma mesma área inscreviam-se em cada faculdade da área, chegava-se a ter alguns milhares de jovens disputando cento e poucas vagas de Medicina do então Universidade do Estado da Guanabara, por exemplo. Com tal «massa de manobra», as bancas examinadoras serviam-se à vontade: provas de química e biologia da época ficaram famosas. As provas eram eliminatórias — nota 4, no mínimo — e a devastação nas fileiras dos chamados vestibulandos, fantástica».

— «Quantas vezes os mesmos candidatos eram reconvidados para um segundo exame, já que o primeiro, além de não ter produzido o numerário suficiente, em taxas de inscrição, não produzira igualmente um número de aprovados que preenchessem as vagas disponíveis? Foi a época dos cursinhos».

NÓS E OS CURSINHOS

E passa a falar dos malfadados cursinhos:

— «Raros — dois ou três — colégios no Rio de Janeiro não se haviam entregue à irresponsabilidade do «convênio», fórmula inventada para entregar a esses cursinhos a 3a. série, mediante compensadora partilha das anuidades».

— «Foi nesse panorama assustador que o São Vicente botou a cabeça para fora da casca do ovo. Podíamos ter embarcado nessa do convênio — era tentador. Ou podíamos ter despachado os 17 — era confortável. Mas ficamos com eles, corremos os riscos e 16 entraram para a Nacional de Engenharia, para a PUC, para a Nacional de Economia, etc.»

— «Com isso, ganhamos a primeira batalha, mas não a guerra. Um insucesso nos anos seguintes poderia abalar a confiança, ainda não suficientemente solidificada. Alguns alunos ainda deixavam o Colégio, na passagem da 2a. para a 3a. séries, atraídos pelo chamarrisco do cursinho. Foi necessário, por isso, perseverar ainda alguns anos nessa linha — o máximo deficiência acadêmica — para que,

(Continuação da página 7).

las nos fornecermos melhores condições de enfrentar as provas dissertativas e as frequentes leituras exigidas, pois que na Universidade, muitas vezes, vi alunos se desesperando quando tinham que analisar um texto ou criticá-lo. Penso que o papel principal da escola é, hoje, dentro dos limites que lhe são impostos, criar condições para que o jovem pense a realidade que está à sua volta e se sinta capaz de transformá-la e, em grande medida, o S. Vicente cumpre essa tarefa.

afinal, se estabelecesse pacificamente um clima de segurança em torno do desempenho dos nossos alunos, no vestibular.

E o professor Jorge Luis encerra a entrevista:

Gradativamente o 3.º ano foi deixando de ser um setor estante dentro da escola; a imagem do pré-vestibular foi sendo eliminada, até chegarmos à situação dos últimos anos, com os alunos da última série participando, se não liderando, as diversas atividades escolares.

DEBATE: Educação libertadora

1. Por uma educação humanizante e aberta

2. Liberdade ou libertinagem?

SUMÁRIO DA PALESTRA DO PROF. GÓES

Educação Libertadora, em conteúdo e método, segundo Medellin, deve ser:

1 — HUMANIZANTE

- a) Criadora do homem novo para o mundo novo;
- b) Estabelecer relações criativas e não mediatizantes.

2 — ABERTA

- a) Visão do homem e do mundo, inspirada na mensagem evangélica (amor ao Pai e a serviço do homem);
- b) Aberta às aspirações de justiça; ao respeito aos direitos das pessoas, comunidades e nações; à paz e à solidariedade internacionais, à ciência, à arte e à filosofia.

3 — PERSONALIZANTE

- a) Promover valores e capacidades da pessoa humana; também ao nível de sua originalidade, sua autonomia, seus direitos;
- b) Desenvolve a dimensão solidária para a participação, colaboração e serviço.

4 — PLURALISTA

Atenta às manifestações da cultura:

- a) Popular;
- b) Vernácula;
- c) De outros povos.

5 — CONSCIENTIZADORA

- a) Converte o educando em sujeito-agente do processo educativo;
- b) Incita-o a responder criativamente aos estímulos da natureza e da cultura;
- c) Põe em ação suas faculdades de juízo (teórico/valores) para
- d) **Reconstruir humanamente tudo aquilo que aprende.**

6 — RENOVADORA DA ORDEM SOCIAL

- a) Mudança social desejável:
 - Formas de convivência mais humana, mediante a criação de estruturas sociais:

- Personalizantes
- Solidárias
- Bem comum
- Justiça
- Paz social.

- b) Em relação ao homem deve excluir toda forma de

- Meditação
- Opressão
- Exploração
- Dependência (despersonalizante).

7 — CRÍTICA

- a) Desenvolver hábitos de pensamentos objetivos e analíticos;
- b) Filosofia humanista;
- c) Formação de diagnósticos (juízos) sobre a realidade sócio-cultural concreta para
- d) Possíveis vias de solução.

8 — ANTECIPADORA

- a) Deve antecipar a nova ordem social;
- b) Imprimindo um sentido democrático, comunitário e participante às estruturas e instituições educativas.

9 — DIALOGAL

Objetivo:

- a) verdadeira interação educativa:
 - educando: o agente;
 - educador: estimulador e organizador do processo de aprendizagem.

10 — DIALÉTICA

O processo de conversão

- a) Conversão do educador:
 - a.1 — Abandona atitudes de dominação de imposição de autoritarismo;
 - a.2 — Assume atitudes de receptividade, de interesse, de simpatia;
 - a.3 — Objetivando: não empobrecer o educando, não inibi-lo, nem incapacitá-lo para as suas responsabilidades históricas;



A Educação como instrumento de libertação.

- a.4 — Sem renunciar ao seu dever profissional de:
- Motivar
 - Orientar
 - Organizar e
 - Avaliar os processos de aprendizagem.
- b) — A conversão do educando.
Espera-se do educando que ele domine:
- b.1 — Sua tendência “natural” à dispersão da tenção;
 - b.2 — Distrações momentâneas;
 - b.3 — Tendência a obter gratificações imediatas, a esquivar-se do que supõe esforço perseverante, responsável e disciplinado.

(Tendências que torna: impossível, ilusória, uma participação efetivamente criadora nas experiências educativas.)

Educação Libertadora: uma proposta para um mundo mais humano

- Você concorda com a filosofia educacional adotada pelo colégio de seu filho?
- Conhece esta filosofia?
- Se a conhece, ela o inquieta, o angustia?
- Se não a conhece, não se angustia também com isso?

Estas e outras perguntas semelhantes foram feitas pela APM aos pais dos alunos do S. Vicente, em circular assinada pelo casal presidente, em outubro último.

A resposta a tantas interrogações começou a ser buscada, ou melhor, continuou a ser buscada, em 8 de novembro, quando cerca de cem pessoas se reuniram para refletir a dis-

cutir, ao longo de três horas de trabalho. A reunião constou de uma dinâmica de grupo e de uma exposição, seguida de debates.

A dinâmica de grupo “esquentou” a partir de um pensamento de D. Helder Câmara, enquanto a exposição, a cargo do prof. Moacyr de Góes, abordou o tema “Educação Libertadora, segundo Medellín”, fundamentando-se no documento sobre educação do CELAM.

A INTERPELAÇÃO DO PADRE HELDER

Distribuindo aos presentes uma xerox do “Coojornal”, de Porto Alegre (RS), com uma foto-legenda do Arcebispo de Olinda e Recife, a APN propôs aos presentes uma dinâmica de grupo, partindo do pensamento de D. Helder: “QUE A TUA MÃO AJUDE O VÓO, MAS QUE ELA NUNCA SE ATREVA A TOMAR O LUGAR DAS SAS.”

A partir daí, sete grupos se organizaram e após mais de sessenta minutos de debates trouxeram ao plenário o resultado das discussões, sintetizadas em grandes folhas de cartolina, que ficaram expostas no plenário, orientando as comunicações dos relatores (v. as conclusões no box 1 desta reportagem).

A plenária que se seguiu, intensamente participada, às vezes conflitante e ansosa demonstrou que um dos objetivos fora alcançado: os presentes haviam sofrido um processo de “desinstalação”, assumindo, em sua maioria, uma posição de “peregrino” — na acepção evangélica — e estavam receptivos a questionamentos.

Algumas conclusões dos grupos vão de um diagnóstico sereno, de situações, de visibilidades da época de transição em que vivemos, até denúncias e perplexidades existenciais, como os exemplos que damos a seguir:

“Não será o contexto em que vivemos ou o contexto em que fomos criados que dá aos pais a sensação de excesso de liberdade do colégio?” (Gr. 1). “Os professores não estão conscientes disso” (prática da Educação Libertadora), (Gr. 6). “O importante é não cortar as asas, mesmo que ambos estejam na mesma gaiola” (Gr. 6). “Dificuldade de conceituar liberdade (valor absoluto e relativo)” (Gr. 7). “A frase que nos foi apresentada não reflete a realidade vivida” (Gr. 2).

E até mesmo um repentino pânico, desabafado por um pai:

— “Estou perdido no tempo e no espaço. Não se sabe mais o que é certo e o que é errado. Seja tudo o que Deus quiser” (Gr.).

PROF.: GÓES “Reconstruir humanamente tudo aquilo que aprende.”

A esta altura, o plenário já interpelava o Colégio, convocando-o a explicitar a sua filosofia educacional. Foi quando o Padre Almeida, Diretor da Casa, deu a palavra ao Prof. Moacyr de Góes, que fez uma exposição da palestra no BOX 2 desta reportagem).

Partindo de uma breve cisão histórica da educação, o Prof. Góes centrou a sua comunicação no documento do CELAM, que dis-

cute o "marco teológico" de Medellín: a Educação Libertadora.

Seu objetivo foi demonstrar que a Educação Libertadora, numa visão dialética, pretende um processo de "conversão" do educador e do educando.

A "conversão" do educador (pais e professores), se dará quando este abandonar atitudes de dominação, de imposição e de autoritarismo; assumindo os gestos de receptividade, de interesse e de simpatia. O objetivo é não empobrecer o educando, nem inibi-lo, nem incapacitá-lo para suas responsabilidades históricas. E isto deverá ser obtido sem que o educador renuncie ao seu indeclinável dever profissional de motivar, orientar, organizar e a avaliar os processos de aprendizagem.

Quanto à "conversão" do educando, espera-se que ela se processe quando esse dominar: sua tendência "natural" à dispersão da atenção: distrações momentâneas; e a tendência a obter gratificações imediatas, a esquivar-se do que supõe esforço perseverante, responsável e disciplinado.

O Prof. Góes contestou, veementemente, que a Educação Libertadora seja uma proposta liberticida ou nihilista. Pelo contrário, ressaltou, é um caminho longo e sofrido no qual se não se processarem, concomitantemente, as duas "conversões" será impossível e ilusória uma participação efetivamente criadora nas experiências educativas.

Após os intensos debates que se seguiram o Prof. Góes concluiu à sua última intervenção, dizendo acreditar que, em Medellín, se manifestara, mais uma vez, a visão profética da Igreja quando, na transição histórica em que vivemos, propõe, para a América Latina, um aeducação conscientizadora, para "reconstruir humanamente tudo aquilo que aprende".

PRODUÇÃO DOS GRUPOS A PARTIR DA INTERPELAÇÃO DO PADRE HELDER

GRUPO 1

Não será o contexto em que vivemos, ou o contexto em que fomos criados que dá aos pais a sensação de excesso de liberdade do colégio? O que é liberdade? Usar a calça que quiser? Fumar no corredor? Namorar no recreio? Não há diferença entre liberdade e disciplina?

A FILOSOFIA DO COLÉGIO

O que motivou a escolha: Ensino — Direito à reivindicar.

Formação religiosa — Conhecimento personalizado do aluno — Liberdade como possibilidade de escolher seu próprio caminho. Amor do aluno ao Colégio ("é mais que um colégio: é um clube").

Conflitos: Temor ao excesso de liberdade. Desejo de maior exigência.

Observação de um pai: "Estou perdido no tempo e no espaço. Não se sabe mais o que é certo e o que é errado. Seja tudo o que Deus quiser."

GRUPO 2

A frase que nos foi apresentada não reflete a realidade vivida.

- até que ponto vai essa liberdade?
- liberdade Dialogada, Relativa ou Radical
- liberdade com respeito aos direitos dos outros. Sentido de liberdade da escola e da família. Educar não é cortar asas, é orientar para o voo.

GRUPO 3

Limite da Liberdade

- 1 — Estabelecer parâmetros
 - para professores
 - para alunos
 - para inspetores.
- 2 — Mais reuniões entre pais e mestres.
- 3 — Diferença notada entre 1a. a 5a. e 6a. a 8a. séries.

GRUPO 4

Qual a responsabilidade do colégio nas atividades do Grêmio? Que lição tirou o colégio de recente episódio violento ocorrido?

GRUPO 5

O Grupo examinou o colégio face ao tema:

- 1 — Reconhece a presença de uma filosofia de educar com liberdade e participação na vida da comunidade
- 2 — Considera útil, para este fim, a densidade das atividades extra-curriculares?

GRUPO 6

- 1 — Aplicação da Educação Libertadora na prática Falta de vigilância; excesso de "decoreba".
- 2 — Professores não estão tão conscientes disso.
- 3 — O importante é não cortar as asas, mesmo que ambos estejam na mesma gaiola.

GRUPO 7

- 1 — Liberdade com responsabilidade (dentro de certos limites).
- 2 — Dificuldade em conceituar Liberdade (valor absoluto e relativo).

A HISTÓRIA DO COLÉGIO

De um homem do povo entre o povo, nasce o Colégio S. Vicente (1954)

ESTA COLUNA se propõe a narrar a História do CSVP, com a preocupação de mostrar aos leitores da «CHAMA», o processo porque passou esta instituição, desde sua fundação até os dias de hoje. A veracidade dos fatos está comprovada pelo ARQUIVO HISTÓRICO do Colégio, fonte de pesquisa. Como primeira abordagem, republicamos o artigo «O Cortiço».

MARCELO CAMURÇA

encarregado do ARQUIVO HISTÓRICO do CSVP
membro do CONSELHO EDITORIAL da revista
A CHAMA da APM.

Pelos idos de 1954, para atingir estas paragens do Cosme Velho, era muito penoso. Tomava-se, então, o bonde das «Águas Férreas». Hoje, onde se situa o Colégio, existia nada mais que um cortiço, um velho prédio de propriedade de uns irmãos em dissídio, que alugavam o terreno a toda aquela gente pobre, que ali se amontoava.

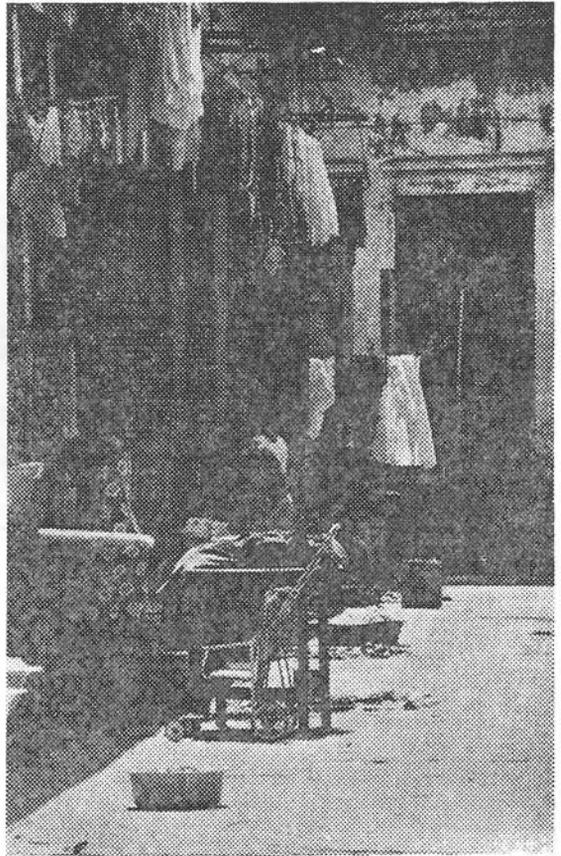
Quem primeiro percebeu as possibilidades deste terreno, repleto de miséria e barracos foi Zé Lino, velho ágil e habilidoso, natural de Mariana, Minas Gerais, que trabalhou toda a sua vida para os padres lazaristas. Veio com estes para o Rio de Janeiro, em cuja casa Central era o «faz tudo»: limpava, varria, fazia compras. De tanto andar, conhecia o Rio como a palma da sua mão. Apegado a S. Judas Tadeu, nas horas vagas, corria à capelinha do Cosme Velho, para fazer as suas orações. Foi numa dessas, que avistou o pardieiro.

Sabedor do interesse do Provincial, Pe. Salles, em vender a Centenária casa dos Padres, em General Severiano, a fim de construir outra, mais



O velho Zé Lino que descobriu o terreno do Colégio.

O cortiço.



“Eram cinco horas e o cortiço acordava... A roupa lavada, que ficara de véspera, umedecia o ar e punha-lhe o fartum acre de sabão ordinário... Entretanto, das portas surgiam cabeças congestionadas de sono.”

“O Cortiço”, Aluisio Azevedo.

condigna, para a sede da Província, Zé Lino apressou-se a inquirir um dos proprietários, que se encontrava na sacada do velho casarão.

— «Seu moço, este prédio tá à venda? Trabalho prós padre lazarista que querem um terreno.»

— «Traga seus patrões aqui, que eu faço o negócio», respondeu o proprietário.

Zé Lino, mais que depressa, encaminhou-se para a sede da Província, levando a boa nova. Qual não foi a sua decepção ao não encontrar receptividade por parte do Provincial, que viu no gesto de Zé Lino uma desculpa de malandro, para justificar sua demora fora da casa. O Pe. Joaquim Horta, de grande tino administrativo, futuro construtor e diretor do Colégio, que viera de São Paulo, para encontrar um terreno e empreender a construção, não tinha conseguido o seu objetivo. Como, então, um simples servente, tão facilmente arranjava a solução? Pensaram os padres.

(Conclui na página 15)

SOCIOLOGIA E POLÍTICA

(CIÊNCIAS SOCIAIS)

Informações Gerais

Objetivos:

A Sociologia e Política ou Ciências Sociais objetiva a formação do cientista social e político, cujo campo de atuação profissional abrange atividades de ensino, pesquisa, assessoria, programação e planejamento social. O Curso colima as seguintes finalidades:

- equipar seus alunos com as técnicas de estudo e os instrumentos de análise para a compreensão sociológica dos processos que regem a sociedade;
- formar pesquisadores habilitados, teórica e metodologicamente, a uma formulação científica da problemática do mundo subdesenvolvido e seu equacionamento;
- preparar um novo tipo de analista social especializado em assuntos da sociedade brasileira e na estratégia do desenvolvimento nacional;
- despertar o espírito de reflexão e de crítica do estudante, estimulando-o a desenvolver a iniciativa criadora.

Currículo

- A duração média dos cursos de Graduação em Sociologia e Política ou Ciências Sociais é de oito períodos letivos. O regime em vigor na Universidade, bastante flexível, baseado no crédito, permite ao aluno a realização do seu curso num período mínimo de 7 e máximo de 14 períodos letivos regulares.
- Para a obtenção do grau de Bacharel em Sociologia e Política, o aluno deverá perfazer um total de 180 créditos (2.700 horas/aula) obtidos de acordo com os requisitos especificados no Catálogo Escolar.

ONDE ESTUDAR (No Estado do Rio): PUC (Rua Marquês de São Vicente, 209, Gávea, Rio), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Largo do S. Francisco, Centro, Rio), Universidade Federal Fluminense (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Valonguinho, Niterói), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Maracanã, Rio).

DISCIPLINAS A ESTUDAR: Matemática, Estatística, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Demografia, Metodologia e Técnica de Pesquisa, Metodologia das Ciências Sociais, História Econômica, Política e Social Geral, História Econômica, Política e Social do Brasil.

POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS

Além das possibilidades existentes na própria Universidade, nas Escolas e Institutos de Ciências Sociais, o sociólogo pode encontrar emprego, na área de pesquisa, nos Centros de Sociologia Industrial e do Trabalho, nos Centros de Pesquisas Educacionais (Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre, São Paulo); no Serviço de Proteção aos Índios; nos Serviços de Imigração e Colonização; no IEA e no INDA; nas Superintendências em geral (SUDAM, SUDENE, SUDESUL, SUVALLE); nos Serviços Especiais de Pesquisa; na área do planejamento e programação, nos órgãos públicos especializados em planejamento social como o IPEA; nas fundações, como a Fundação Getúlio Vargas; no Instituto Brasileiro de Administração Municipal; nos Serviços de Planejamento das Prefeituras dos grandes centros urbanos; nas empresas que utilizam dados sociais; nas grandes indústrias; nos Serviços Sociais (SESC, SESI, SENAC, SENAI); nas organizações empresariais (CNI, CNC) na área de assessoria, o sociólogo é requisitado nos órgãos de apoio do Executivo (Presidência da República, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, Legislativo (Assessoria Parlamentar), Ministerial todos os Ministérios e Secretarias de Estado) e junto à direção de empresas complexas que têm necessidade de elaboração de planos de aperfeiçoamento e expansão. Existe ainda ampla possibilidade de emprego para o cientista social nas legações diplomáticas, nas firmas de pesquisas de mercado, nas empresas de publicidade e propaganda e nos departamentos de pesquisas jornalísticas.

Para fornecer ao leitor informações gerais sobre a profissão de sociólogo ou cientista social, transcrevemos a entrevista que o professor José Nilo Tavares, da PUC, concedeu à jornalista Marluzette Santarita:

P. — Como o senhor vê atualmente o ensino de Sociologia no Brasil? Há alguma restrição?

R. — O ensino da Sociologia no Brasil padece de uma série de deficiências, que não são meramente relacionadas com o currículo, o nível do ensino ou as próprias limitações institucionais. É claro que todas essas existem e influem nos cursos. No entanto, suponho que as deficiências maiores sejam aquelas relacionadas com as próprias condições políticas que cercam a Universidade. Não se pode pensar num estudo sério e consistente de Sociologia — uma ciência crítica — em clima de restrições.

P. — O senhor tem uma idéia aproximada de quantos sociólogos o Brasil tem atual-

mente? E quantos (%) deles realmente exercem a profissão?

R. — Segundo cálculos que fizemos, junto à Associação Brasileira de Sociologia, o país conta com cerca de 10.000 (dez mil) sociólogos formados, em cursos de Ciências Sociais e Sociologia. E a cada ano formam-se, no país, cerca de 800 novos sociólogos. Há em São Paulo cerca de 500 e no Rio 200. Pode-se calcular, pela vivência quotidiana, que cerca de 70% do pessoal formado dedica-se à profissão, em suas várias modalidades: magistério e pesquisa. No entanto, nos últimos anos, tem-se notado um decréscimo no mercado de trabalho, ocasionado pela queda da taxa de crescimento econômico e certa política oficial de trabalho.

P. — Uma média de quantos sociólogos se formam anualmente no Rio de Janeiro?

R. — Há no Rio quatro escolas em que se ensinam Sociologia: PUC, UFF, UFRJ, ... UERJ. Estão matriculados nos diversos cursos cerca de 1.500 alunos. Formam-se, anualmente, cerca de 200 alunos (mais ou menos 30%). Em pós-graduação no Rio, há 3 cursos Museu Nacional (Antropologia), Luperj (Sociologia, Política). Cerca de 100 alunos fazem por ano, no Rio os cursos de pós-graduação. No entanto, vários recém-formados no Rio, fazem pós-graduação em São Paulo, na USP e em Campinas.

P. — Que tipos de problemas enfrenta o mercado de trabalho?

R. — 1.º) Problemas político-sociais: limitações na pesquisa, restrições ao exercício crítico da profissão, etc... 2.º) Problemas salariais (salário médio: Cr\$ 10.000,00; 3.º) Problemas de limitação de mercado, devido a não regulamentação profissional e, ainda, a concorrência de profissionais de outras áreas, que ocupam indevidamente o seu lugar.

P. — Como o senhor vê a falta de regulamentação da profissão?

R. — A regulamentação profissional — problema comum a vários ramos profissionais, no país mais de 20 profissões não estão regulamentadas (Física, Arquitetura entre elas) é um obstáculo à elevação do padrão de trabalho do sociólogo. No entanto, não é o único, nem o principal. Acreditamos que a questão da regulamentação é, fundamentalmente, hoje, uma questão política, embora no passado tenha sido de disputa de mercado, também.

P. — Que tipos de problemas a reforma universitária trouxe para a área de Sociologia?

R. — A reforma universitária de 1969, limitou, em geral, a autonomia da Universidade, reduzindo o seu nível crescente de democratização e enfatizou o ensino técnico, em detrimento do humanístico. Consequentemente, atingiu o ensino de Sociologia, como ciência humana.

P. — Até que ponto o Ato Institucional n.º 5 influenciou na área de Sociologia?

R. — Os atos referidos atingiram, de maneira geral, toda a Universidade e ainda pairam, como ameaça, sobre ela. Devem, assim, ser expurgados, a fim de que tenhamos uma Universidade profundamente livre. Não atingiram, especialmente a Sociologia, não obstante eminentes sociólogos terem sido, direta ou indiretamente, atingidos pelos atos como são os casos dos professores Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Moema Toscano e Miriam Cardoso.

P. — Como professor, como o senhor encara o fim do Decreto-lei 477?

R. — Com muita alegria e entusiasmo. Será um sinal de que o processo de redemocratização do país está realmente em curso ligeiro.

(CONCLUSÃO DA PÁGINA 13)

Reuniram-se então, mandando vir Zé Lino, que emburrado, forneceu dados mais precisos.

Horas depois, um carro preto subia a rua do Cosme Velho, onde, em frente ao cortiço, saltaram 3 padres e Zé Lino, que se dirigiram ao casarão, para os entendimentos com o proprietário.

— «Não quero esses urubus aqui, isso aqui é meu.» De uma das janelas, Clementina, líder da ala esquerda do cortiço, protestava contra a venda do terreno, que, inevitavelmente, representaria o êxodo para o pessoal do cortiço. (O «urubus» ficava por conta das batinaças negras dos padres).

O negócio foi acertado. Paralelamente, o Pe. Horta vendia à «Antártica» a antiga sede do General Severiano, arrumando um local provisório para residência dos padres, enquanto não se construía a nova sede, no terreno do Cosme Velho.

Começou, então, o penoso trabalho de desalojar os moradores do «cortiço». Zé Lino, fiel servidor dos padres, vinha de noite quebrar os bar-

racos. Margarida, líder da ala direita do cortiço, vendeu sua parte e se retirou; porém Clementina e seu pessoal, continuaram resolutos no intento de não negociar. Clementina articulou-se com um trocador de bonde, namorado seu, nomeando-o advogado. Este frustrou-a, fugindo com todo o dinheiro economizado por ela. Por fim, Clementina armou-se em convivência com um português, dono de bar, ameaçando Zé Lino. Este, que já tirara «um passe» na polícia, e cumpria agora o papel de guarda do terreno, defendeu-se.

— «Peguei na perna dela e saí puxando. Hoje me arrependo, mas tudo fiz pros padre.»

Clementina por fim cedeu e os restos dos barracos foram derrubados. A Casa Central, sede da Província, seria construída.

Hoje olho para o prédio, para este lugar movimentado cheio de alunos jovens e constato: O S. Vicente é algo concreto, com uma dinâmica própria, uma filosofia, um trabalho. E os cortiços, quem lhes deu solução?

OS DIREITOS SAGRADOS DO HOMEM



Espancamento: O fim justifica os meios?

OS DIREITOS HUMANOS, COMO VÃO?

O Brasil aprovou a Declaração dos Direitos Humanos, votada na assembléia geral da ONU (Organização das Nações Unidas), a 10 de dezembro de 1948, constituindo-se, assim, em um dos signatários do documento. Na Conferência de Bogotá, anos depois, o delegado brasileiro foi o responsável pela apresentação de proposta de criação de uma Corte Interamericana de Proteção aos Direitos do Homem, aprovada. Em várias oportunidades, mais tarde, reiterou os seus compromissos com a defesa dos Direitos do Homem. Como tem honrado seus compromissos?

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo 1.º — Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direito; são dotados de razão e consciência e devem comportar-se uns em relação aos outros, com espírito fraternal.

Artigo 3.º — Todo indivíduo tem direito à Vida, à Liberdade e à Segurança Pessoal.

Artigo 5.º — Ninguém será submetido a torturas ou a tratamentos e castigos desumanos e degradantes.

Artigo 8.º — Todos têm direito a um recurso efetivo perante os tribunais nacionais competentes por atos que violem seus direitos fundamentais outorgados pela constituição ou pela lei.

Artigo 9.º — Ninguém poderá ser arbitrariamente detido, preso ou desterrado.

Artigo 10 — Toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, à audiência equitativa e pública de um tribunal independente e imparcial, para a determinação de seus direitos e obrigações ou exame de qualquer acusação feita contra ela que cause a imposição de penas judiciais.

Artigo 12 — Ninguém será objeto de intervenções arbitrárias em sua vida privada, sua família, seu lar ou sua correspondência, nem de ataques à sua honra ou à sua reputação.

Artigo 13 — Toda pessoa tem o direito de sair de qualquer país, inclusive de seu próprio e de regressar a seu país.

Artigo 15 — Ninguém poderá ser privado arbitrariamente de sua nacionalidade e a ninguém será negado o direito de trocar de nacionalidade.

Artigo 17 — Toda pessoa tem direito à propriedade: individualmente ou em coletividade.

Artigo 19 — Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão. Este direito inclui o de não ser molestado por causa de suas opiniões e o direito de buscar e receber informações e opiniões e de difundir-las por qualquer meio de expressão, sem limite de fronteiras.

Artigo 20 — Todos têm direito à liberdade de reunião e de associação.

Artigo 21 — Toda pessoa tem o direito de participar no Governo de seu país, diretamente, ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. A vontade do povo será a base da autoridade do poder público; tal vontade é expressa por intermédio de eleições autênticas que deverão ser realizadas periodicamente, por sufrágio universal e igual, e por voto secreto ou outro processo equivalente de votação livre.

Artigo 23 — Todos têm direito ao trabalho, à livre escolha de seu trabalho, a condições equitativas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Todos, sem discriminação, têm direito à igualdade de salário por trabalho igual. Toda pessoa tem o direito de fundar sindicatos e de filiar-se aos mesmos para a defesa de seus interesses.



João Cajá, um lavrador, quer a terra.

Artigo 26 — Toda pessoa tem direito à instrução gratuita, pelo menos, no que se refere ao ensino elementar e fundamental. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnica e profissional deverá ser concedida a todos, em geral, e o acesso aos estudos superiores será igual para todos, de acordo com o mérito de cada um. O objetivo do ensino deve ser o pleno desenvolvimento da personalidade humana, o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Deve fomentar a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e todos os grupos étnicos ou religiosos; e acompanhar as atividades das Nações Unidas para a manutenção da Paz”.

OS DIREITOS HUMANOS E A IGREJA NO BRASIL

Ainda que enfatizando o plano espiritual, os pronunciamentos da Igreja, no Brasil, nos últimos meses, deixam clara a sua posição de plena aceitação dos princípios dos Direitos do Homem, proclamados pela ONU. E detalhe importante: muito antes da ONU, desde as suas origens, o humanismo cristão consagra os direitos do homem como princípio para a sua ação, ainda quando, for força da sua própria humanidade, historicamente, deles tenha se afastado.

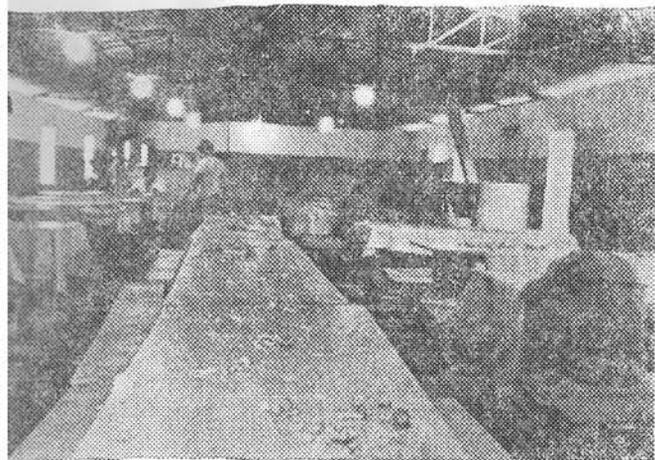
Dos documentos elaborados nas várias reuniões promovidas pelo Conselho Nacional

dos Bispos do Brasil, em dezembro, janeiro e fevereiro últimos, a posição em defesa dos direitos humanos, em nossa pátria, foi inequívoca. Assim, a Igreja Católica reiterou posições:

- a) pela ampla garantia dos direitos e das liberdades de todos os cidadãos brasileiros, a ser efetivada através do restabelecimento integral da democracia, com a extinção de atos excepcionais, que limitam tais direitos;
- b) pela rejeição de limitações dos direitos, sob o pretexto de situação política, jurídica ou internacional anômala;
- c) pelo asseguramento do direito à vida e à liberdade, bem como à plena igualdade, a todos os brasileiros, através de medidas como a anistia política;
- d) pela liberdade do direito de opinião e expressão, com a abolição de censuras que atingem, inclusive, órgãos da própria Igreja, no Brasil, como é o caso do jornal da arquidiocese de São Paulo;
- e) pelo usufruto, por parte de todos os cidadãos, dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade;
- f) por um nível adequado de vida a todas as pessoas, o qual lhes assegure a satisfação das necessidades próprias e da família, incluindo alimentação, habitação, assistência médica e serviços sociais, bem como o direito

O fantasma da censura.





Metrô: Condições humanas de trabalho?

ao seguro social, em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez e velhice.

MUDAR AS ESTRUTURAS

Em seu posicionamento, o clero católico brasileiro deixa bem claro o propósito de não se imiscuir em questões político-partidárias, bem como em não se comprometer com posições aprioristicamente governistas ou oposicionistas. A sua mensagem destina-se a todos os brasileiros, independente de posições político-partidárias.

Neste particular, a Igreja brasileira subcreveu as conclusões a que o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), chegou, na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Puebla, no México, em fins do ano passado. Em seu documento de consulta às Conferências Episcopais, declara a Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral, da CNBB:

— “A Igreja evangeliza homens concretos, que vivem em determinadas estruturas sócio-econômicas e políticas; numa sociedade que comunica valores, aspirações, modos de comportamento. Em nossos países, o crescimento econômico foi real, aumentou o produto bruto apesar do crescimento demográfico. Porém o contraste entre pobres e ricos tornou-se cada vez maior. O nível de vida dos grupos de baixa renda aumentou muito lentamente, enquanto o enriquecimento da minoria favorecida produziu-se bem mais rapidamente”.

Continua:

— “A distribuição da renda nos nossos países é mais desigual que nos países desenvolvidos e nos países socialistas. Esta situação de injustiça leva-nos a dar especial atenção ao problema da extrema pobreza. Estima-se que dos 320.000.000 de habitantes, cerca de 10.000.000 vivem em condições de ex-

trema pobreza. Dos cem dólares per capita em que aumentou a renda média na década de 60, somente dois corresponderam aos 20% mais pobre da população.”

CONJUNTURA POLÍTICA

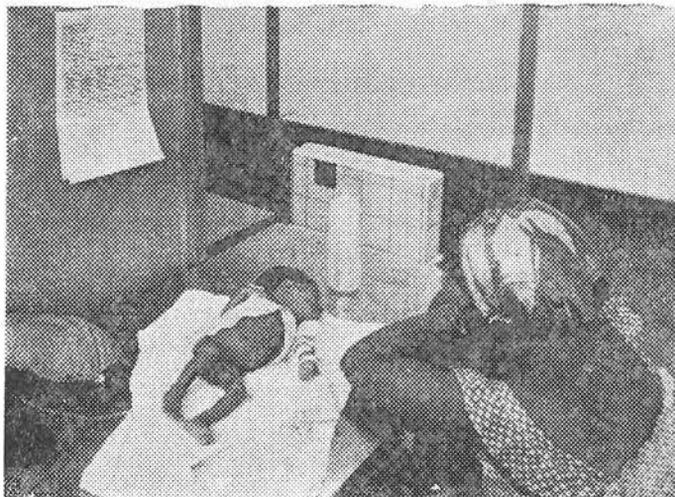
E depois de referir-se aos flagelos que afligem os povos americanos, como a inflação, o desemprego, a escassez de serviços, habitações, hospitais, médicos, desnutrição, agravados “por não terem sido realizadas as reformas estruturais, especialmente a reforma tributária, a reforma agrária, a reforma da empresa”, passa a analisar a conjuntura política.

— “O quadro político do Continente agravou-se. Aumentaram os regimes de força com prejuízo para a participação popular e a existência de organização intermediárias: sindicalismo, partidos políticos. Muitos destes regimes, baseados na nova doutrina da Segurança Nacional, cometeram sérias violações dos direitos humanos: pressões morais e físicas, torturas etc. Tais regimes surgiram, em muitos lugares, como reação frente a um caos econômico e social, que ameaçava a convivência da população. Ante a tensão e a desordem, o recurso à força é inevitável. A violência organizou-se: subversão e contra-subversão, revolução e contra-revolução.”

E conclui:

— “O desequilíbrio entre as aspirações desatadas e a lenta capacidade de satisfazê-las coloca o problema da ordem política numa conjuntura crítica. Em todos os nossos países vê-se dificultada a convivência democrática que deixa de ser integradora para tornar-se excludente. Há o perigo de desmoronar-se a democracia pelo peso da violência e pela ausência de consenso político. Em vez de aceitar o pluralismo, trata-se de eliminar o “inimigo”.

A vida: Um direito maior.



QUANTO CUSTA PARA A HUMANIDADE A CORRIDA ARMAMENTISTA



Em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), 14 peritos — economistas e cientistas, do Ocidente e do Oriente, de nações ricas e pobres — apresentaram, a convite da organização, um relatório sobre as conseqüências econômicas e sociais da corrida armamentista e dos gastos militares. A assembléia, por sua vez, com a aprovação da delegação brasileira, recomendou a maior divulgação possível do relatório, com o que “esperava fortalecer as futuras negociações sobre o desarmamento nuclear e o desarmamento completo e geral sob efetivo controle internacional”. A CHAMA publica entrevista com os peritos.

1. QUANTO GASTA O MUNDO COM OBJETIVOS MILITARES?

Há dez anos atrás, de acordo com os dados disponíveis, o total mundial anual foi estimado em cerca de 120 bilhões de dólares. Hoje, as cifras giram em torno de 200 bilhões de dólares por ano. Ao longo desses dez anos, os gastos militares totais elevaram-se a 1.870 bilhões de dólares. As despesas correntes de 200 bilhões de dólares ao ano representam cerca de 6,5 por cento do total mundial do produto nacional bruto (PNB).

2. QUANTO GASTAM COM A CORRIDA ARMAMENTISTA OS PAÍSES QUE DISPÕEM DOS MAIORES ESTABELECIMENTOS MILITARES?

Seis países gastaram mais de quatro quintos do total das despesas militares na última década. Foram eles os Estados Unidos, a União Soviética, a República Popular da China, a França, o Reino Unido e a República Federal da Alemanha. Em média, 8 por cento da renda anual desses países destinam-se às despesas militares.

3. O QUE GASTA EM ARMAS O “TERCEIRO MUNDO”?

Os países em desenvolvimento, que representam quase a metade da população mundial, somam apenas cerca de 6 por cento das despesas militares em todo o mundo. Embora alguns deles destinem mais de 10 por cento de sua renda nacional para projetos militares, a maioria não gasta mais de 3,5 por cento, em média. Ainda que as despesas militares dos países em desenvolvimento sejam baixas em relação às das nações industrializadas, seus orçamentos militares vêm aumentando mais rapidamente do que a média mundial, não obstante continuarem em baixo nível a sua renda per capita e não diminuírem as suas necessidades de desenvolvimento econômico e social.

4. QUANTAS PESSOAS EM TODO O MUNDO TRABALHAM, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NOS PROJETOS MILITARES?

Cerca de 50 milhões, metade das quais nas forças armadas nacionais. Isso representa mais do que a população ativa total, digamos, do Reino Unido e da República Federal da Alemanha. Mais de um terço desse contingente mundial engajado nas forças armadas pertence às nações em desenvolvimento.

5. DE QUE MODO SE PODERIAM COMPARAR OS ORÇAMENTOS MILITARES E OS QUE VISAM A OUTRAS FINALIDADES?

Os programas econômicos e sociais realizados na maioria dos países recebem apenas uma fração do montante destinado à produção de armamentos. As despesas militares chegam a alcançar agora quase o triplo do total gasto com a saúde pública por todos os governos, quase o dobro do que se investe com a educação e 30 vezes mais do que toda a ajuda econômica oficial prestada pelas nações industrializadas às que se acham em fase de desenvolvimento.

6. QUANTO SE GASTA EM PESQUISAS E APERFEIÇOAMENTO MILITARES?

Cerca de 25 bilhões de dólares ao ano. Toda a pesquisa médica do mundo, para dar apenas um exemplo contrastante, consome apenas 4 bilhões de dólares anuais.

7. SE OS GASTOS MILITARES FOSSEM REDUZIDOS, ESSE DINHEIRO PODERIA SERVIR A PROPÓSITOS MAIS PRODUTIVOS?

Uma redução nos gastos militares não levará, necessariamente, a maiores investimentos em outros setores, a não ser que os governos procurem ativamente alcançar esse fim. Os governos têm, dentro de certos limites, a capacidade de redistribuir seus recur-

sos econômicos. Se pretendem eles utilizar recursos liberados da corrida armamentista para elevar os níveis de investimento, nada os impedirá de fazê-lo. São os fundos governamentais os que se liberam em consequência de uma redução dos gastos com a corrida armamentista, e aos governos cabe decidir de que forma tais recursos deverão ser redistribuídos.

As despesas militares absorvem recursos suficientemente substanciais para criar uma considerável diferença, tanto ao nível dos investimentos civis como no volume de recursos que se poderia aplicar no aperfeiçoamento de uma série de benefícios para o homem através dos serviços sociais e de vários outros. Se um país que destina 6 por cento de seu produto nacional a projetos militares decidisse utilizar a metade desses recursos para aumentar o investimento civil, isso determinaria um sensível efeito sobre a taxa de crescimento de sua economia.

8. PODERÁ O DESARMAMENTO PERTURBAR A SITUAÇÃO ECONÔMICA?

É a corrida armamentista — com suas flutuações, o anacronismo inerente aos programas militares, o abandono de projetos, etc. — que leva aos distúrbios econômicos, tais como o desperdício de capitais e o desemprego regional. Ao contrário, o desarmamento não causaria necessariamente uma grande instabilidade. Problemas transitórios poderiam ser contornados através de medidas nacionais e internacionais adequadas.

9. O VOLUME DA AJUDA AOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO REDUZ-SE EM FUNÇÃO DA CORRIDA ARMAMENTISTA?

Sim. E essa é uma das razões pelas quais as Nações Unidas designaram os anos entre 1970 e 1980 como a "Década para o Desarmamento" e, também, como a "Segunda Década para o Desenvolvimento". Uma das principais consequências da corrida armamentista é a redução da prioridade que os países contribuintes destinam a essa ajuda. A assistência oficial para o desenvolvimento (estimada em cerca de 7 bilhões de dólares anuais, ou sejam, 1/13 dos gastos militares mundiais) corresponde apenas a um terço de 1 por cento do PNB global dos países contribuintes, percentagem que vem diminuindo nos últimos dez anos.

Os objetivos anunciados pelas Nações Unidas para a Segunda Década do Desenvolvimento exigiriam, na verdade, que se duplicasse a soma atual da ajuda oficial (a 0,7 por cento do PNB dos países contribuintes). Bastaria que se transferisse para o desenvolvimento os 5 por cento dos atuais gastos com armas para que tal objetivo se tornasse tangível. Uma redução mais expressiva dos gastos com armas permitiria, pela primeira vez, uma transferência maciça de recursos, capaz de alterar fundamentalmente as perspectivas do desenvolvimento econômico e social.

10. SE OCORRESSE UM DESARMAMENTO MUNDIAL AUMENTARIA A DISPONIBILIDADE DE CIENTISTAS E ENGENHEIROS PARA O DESENVOLVIMENTO CIVIL?

Isso demandaria tempo. Os cientistas, engenheiros, industriais etc., passíveis de serem especializados. Não são, necessariamente, pessoas que poderiam ajudar a elevar o rendimento das colheitas ou aumentar o abastecimento de água. Os recursos que se investem na preparação e no emprego desse tipo de pessoal, entretanto, produziram com o tempo uma geração competente para atender às necessidades do desenvolvimento. Ademais, as forças armadas dos países em desenvolvimento são altamente dispendiosas devido à escassa mão-de-obra qualificada, a qual se poderia utilizar, de outro modo, nas tarefas ligadas ao desenvolvimento.

11. DE QUE MODO A CORRIDA ARMAMENTISTA MODIFICA AS TRADICIONAIS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES?

O setor militar de um país inclui, além de suas próprias forças, as empresas, indústrias e instituições científicas que as servem, assim como os sistemas políticos e os ministérios que devem seu poder à corrida armamentista. Esse fato é hoje conhecido pela expressão "complexo militar-industrial", fenômeno que mereceu as críticas do Presidente Eisenhower, dos Estados Unidos, faz muitos anos. Mas o problema não é exclusivamente norte-americano. Cada complexo militar-industrial procura sobreviver e, por isso, mantém as condições que o originaram. Somente as decisões políticas podem romper esse círculo vicioso.

O temor a um inimigo pessoal conduz uma nação a montar um sistema militar, o qual, por sua vez, opera no sentido de manter vivo aquele temor, colocando em jogo a sinceridade de quaisquer iniciativas de conciliação do outro grupo e procurando preservar a imagem política de um mundo que necessita de um alto grau de preparo militar.

12. DE QUE FORMA A CORRIDA ARMAMENTISTA DEFORMA A VISÃO QUE OS INDIVÍDUOS TÊM DO MUNDO?

Um mundo armado, que armazena poder letal suficiente para eliminar toda a vida humana e que continua a aumentar seu potencial de armas de tipo corrente e de destruição em massa; um mundo cheio de sistemas modernos de vigilância; um mundo que sabe não haver nele lugar a salvo de um ataque atômico direto — é um local terrível para centenas de milhões de pessoas que procuram melhorar suas próprias sorte. O temor e a tensão resultantes constituem um fator que aviva as discórdias entre os grupos e entre as nações. Em muitos países, o temor engendrado pela corrida de armas nucleares tem contribuído para o desencanto de pós-guerra da juventude.

NO COLÉGIO

*** O Grêmio do Colégio, em seu terceiro mês de gestão, segundo os diretores Karen e Sérgio, tentará atingir os novos alunos, passando pelas turmas do 1.º ano e levantando a questão do fortalecimento da organização através dos representantes de turma. Muitas turmas, entusiasmadas, pedem desdobramentos das reuniões.

*** O Departamento Jornalístico distribuiu, maciçamente, um texto de conclamação à participação geral dos alunos nas atividades do Grêmio.

*** A diretoria, após a sessão do filme "Milagre dos Peixes", por ela programada, sugeriu a reorganização do Cine-Club, idéia bem aceita.

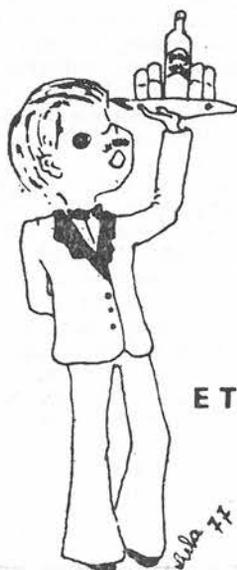
*** Houve reunião conjunta do Art-Club, Foto-Club e Departamento de Propaganda para a discussão da possibilidade de rearticulação dos Murais de Arte.

*** É idéia da diretoria realizar conjuntamente as atividades extraclasse com as acadêmicos, servindo assim como órgão de reivindicação e atuação nas questões acadêmicas e materiais do aluno.

*** Levantou, finalmente, através de Marco Henrique, a sugestão para um intercâmbio entre escolas, visando a troca de experiências e a maior união entre os estudantes secundaristas do Rio. Dentro deste plano, pretende-se colocar o Musi-Club do colégio em contato com musi-clubs de outros colégios, tentando-se organizar espécie de federação. A mesma coisa deverá ocorrer em relação ao Cine-Club.

Programação da APM

2. Aniversário da APM — 05 de maio — Casal de Promoções.
3. Dia das Mães — 14 de maio — Casal de Promoções.
- 3a. Excursão às Cidades Históricas e Graça — 24 a 28-05.
4. Festa Junina — 17 de junho — Casal de Promoções.
5. Dia dos Pais — 13 de agosto — Casal de Promoções
6. Dia da Criança — 12 de outubro — Casal de Promoções.
7. Dia do Mestre — 15 de outubro — Casal de Promoções.
8. Natal do Colégio.
9. Sugestão de duas excursões
 - a) Cidades históricas;
 - b) Caraça;
 - c) Excursão às Cidades Históricas e (?)



ALGUMA DATA A COMEMORAR?

NÃO SE PREOCUPE. CHAME O

ISIDRO

Jantares — Recepções

Bebidas, Salgadinhos e Doces

E TODO O MATERIAL NECESSÁRIO A SUA FESTA



Rua Davi Campista, 35 — tel: 286-7419
Botafogo — Rio de Janeiro — RJ.

O USO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

ROBERTO GOMES DA COSTA

A utilização da ciência e da tecnologia nos países em desenvolvimento está sendo feita de acordo com suas reais necessidades? Deveria sua utilização estar sendo condicionada pelos ideais de longo prazo e pela imagem futura, desejada para esses países e suas sociedades, ou se admite que os padrões que regem o uso da ciência e da tecnologia são de caráter universal? Assim sendo, ao desenvolvimento científico e tecnológico não restaria senão seguir o caminho ditado pela comunidade técnico-científica internacional ou, o que é a mesma coisa, pela comunidade técnico-científica dos países industrializados? E, mesmo que não houvesse esses padrões, teria sentido, para países em desenvolvimento, a escolha de ideais a longo prazo, ou seja, a escolha do seu próprio estilo de vida, ou esta escolha estaria irremediavelmente condicionada pela escolha já feita pelas sociedades mais afluentes, através de sua esfera de influência de valores culturais, sociais e econômicos, além de outras formas de influência mais diretas? Se tem sentido, quais as alternativas que poderiam ser apresentadas para uma utilização mais adequada da ciência e da tecnologia nos países em desenvolvimento e como poderiam ser implantadas? Neste painel, procurar-se-á apresentar alguns trabalhos que abordam esta temática, com enfoques um pouco diferentes, mas conceitualmente convergentes e complementares nos aspectos de que tratam.

Foram escolhidos os trabalhos de Oscar Varsavsky, argentino, professor universitário, originário da área científica e tecnológica (física e matemática) mas interessado, também, nos problemas da realidade social, sobre os quais escreveu vários livros, entre os quais um dos trabalhos que serve de base a este painel; Francisco Sagasti, peruano, técnico de um centro de pesquisa e desenvolvimento do Peru, com vários trabalhos sobre o uso de ciência gerencial e pesquisa operacional nos países em desenvolvimento; Henrique Ratner, brasileiro, professor do Departamento de Ciências Sociais da Escola de

E a tecnologia serve a quem?

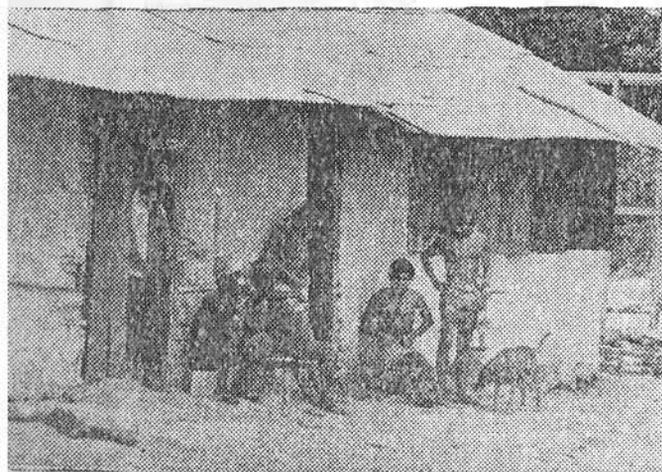
Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

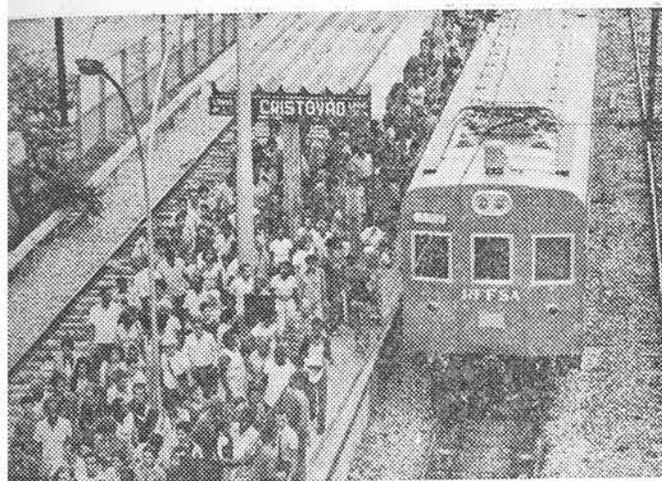
POR UMA POLÍTICA CIENTÍFICA NACIONAL

Citar-se-á em primeiro lugar o trabalho de Varsavsky (1), por ele mesmo considerado como "uma contribuição à eterna polêmica sobre a possibilidade, o significado e a importância da autonomia cultural para os países do Terceiro Mundo". Este autor começa por definir três possíveis estilos de sociedade para um país em desenvolvimento.

a) **Neocolônia** — as metas propostas são de consumo opulento para uma minoria de cúpula. O modelo de consumo é um país rico (em geral, os Estados Unidos). A dependência econômica, com ênfase no predomínio das oligarquias exportadoras e das classes gerenciais de grandes empresas. Estímulo ao individualismo e escassa participação popular. Modelo educacional elitista. Sociedade típica de consumo diversificado, com especial importância às vendas, criação de necessidades, publicidade, financiamento. Produção sob o princípio da economia de escala, que conduz ao predomínio da grande empresa.

Poucas necessidades institucionais. No campo da saúde, predominância da empresa médica, com maior dedicação ao tratamento individual caro e sofisticado, em detrimento da medicina preventiva e do sanitário.





Tecnologia para os homens?

b) **Desenvolvimento nacional** — as metas também são de consumo opulento, mas envolvem um setor de cúpula mais amplo. A dependência cultural continua a ser total mas a dependência econômica é menor. O empresariado nacional, grande e médio, deslocaria as oligarquias tradicionais como classes dominantes. Democracia formal. Sistema educacional destinado a formar recursos humanos para a produção. Mesmo sendo uma sociedade de consumo, imitadora das empresas estrangeiras. Como se torna impossível produzir todos os artigos de consumo, sua obtenção se fará pelo aumento da capacidade de importação, com o conseqüente aumento das atividades de exportação, para alcançar o equilíbrio cambial. Isto por sua vez, gera a necessidade de uma indústria básica, pesada que, para ser competitiva no mercado internacional, entra em algumas contradições com o desejo de independência econômica.

c) **Sociedade Solidária** — sociedade não competitiva com grande participação popular nas decisões e igualitária na distribuição dos bens. Desenvolvimento de uma cultura nacional, não apenas folclórica. Independência econômica e tecnológica. Economia planejada. O sistema educativo é adaptado à formação de um homem solidário, participante e criativo. As metas não são de consumo opulento, embora visem à abundância. Grande ênfase aos serviços sociais.

OPÇÕES POSSÍVEIS

Em cada um destes estilos, o papel da ciência e da tecnologia é diferente. O próprio conceito de tecnologia é influenciado pelos estilos. Segundo Varsavsky, "a tecnologia compreende os instrumentos ou métodos para atingir certos objetivos concretos de produção, mas de produção em seu sentido mais amplo: não só de bens como de serviços de tipo cultural, político e institucional e de infra-estrutura". Por isto, a distinção que faz entre os aspectos físicos (F) e sociais (S) de toda tecnologia.

No estilo neo-colonialista, a tecnologia F é quase toda importada. A tecnologia S é usada mais substancialmente como forma de influência no comportamento da população — através da publicidade e meios de difusão maciça.

No estilo desenvolvimentista, a tecnologia não é necessariamente toda importada, mas, por imitação, segue modelos similares aos países desenvolvidos, com as necessárias adaptações. O uso da tecnologia social fica mais restrito ao micro-mundo da empresa ou do mercado — racionalização, ciência gerencial, "marketing", sociologia industrial, publicidade, etc. Segundo Varsavsky, "para o desenvolvimentismo, a independência tecnológica interpreta-se como a capacidade de fazermos em nosso país e com uma ajuda mínima, exatamente as mesmas coisas que são feitas no hemisfério norte".

No solidarismo, a tecnologia S assume, se não a mesma, maior prioridade que a tecnologia F. Passa a ser fundamental o debate de temas tais como: Quais os métodos de planejamento a seguir? Qual o nível de descentralização? Como estimular a solidariedade social? Como organizar as empresas para a cooperação e não para a competição? Como conseguir a participação popular ampla e profunda?

O caráter da ciência também é significativamente dependente do estilo de vida a ser adotado, contrariando a tese dos padrões internacionais da ciência.

"Ao neocolonialismo convém, sem dúvida, tudo o que seja ciência pura, básica, teórica, abstrata, hermética, esotérica, inútil". Os desenvolvimentistas aceitam a tese de que a pesquisa é uma necessidade vital e não um luxo, mas ao escolher essas pesquisas caem no mesmo erro de fazer a ciência supérflua. Temos o exemplo da Índia, que já destinou 40% de seu orçamento científico à física nuclear, ao mesmo tempo que reservava apenas 8% à pesquisa agrícola.

Para um estilo solidário, os recursos postos à disposição pelas ciências físicas é satisfatório para a maioria das necessidades das sociedades em desenvolvimento. Mas o que falta às ciências sociais ainda é significativo, principalmente no que diz respeito à obtenção e manipulação de enormes volumes de informação.

Finalmente, Varsavsky comenta a extrema dependência do aparelho científico dos países em desenvolvimento aos seus similares nos países desenvolvidos, em termos de estilo de trabalho e de conteúdo de projetos de pesquisa. Conforme ele diz: "Nos estilos culturalmente dependentes — tanto o neo-colonialista como o desenvolvimentista imagem da ciência é a que prevalece no hemisfério norte: todo-poderosa, universalmente válida, essencialmente única, ideologicamente neutra, livre em sua orientação e escrita em

ESTUDO

seus métodos, para os quais a ciência natural é o padrão". Entretanto, conforme diz mais adiante, "o papel do cientista não é somente julgar a verdade ou a falsidade das hipóteses... mas intervir politicamente na seleção de hipóteses a serem julgadas e na utilização de seus resultados".

—(-)—

O USO DA CIÊNCIA GERENCIAL NO DESENVOLVIMENTO

O trabalho seguinte a ser abordado é o de Sagasti (2), que trata do uso da ciência gerencial no planejamento e gerência do desenvolvimento. Sagasti defende a tese de que o planejamento é mais importante para um país em desenvolvimento que para um país desenvolvido, e que esta capacidade não pode ser adquirida, por inadequada, pela transferência de "modernas técnicas de planejamento" de áreas desenvolvidas. Para orientar o enfoque a ser dado aos problemas de planejamento nos países em desenvolvimento, Sagasti os grupa em cinco 5 categorias: 1.º) a definição do estilo de vida da sociedade; 2.º) as decisões relacionadas às interações entre os diferentes aspectos do processo de desenvolvimento e a inserção do país no sistema mundial; 3.º) as decisões sobre a infra-estrutura institucional do país; 4.º) a determinação do escopo e da natureza das atividades sociais e produtivas a serem realizadas; 5.º) decisões sobre a alocação de todos os tipos de recursos.

Segundo Sagasti, os métodos da ciência gerencial, nos países industrializados, devido à relativa estabilidade dos aspectos estilísticos, contextuais e institucionais as três (3) primeiras categorias acima, tem sido aplicados quase que exclusivamente aos processos de decisão envolvendo as duas 2 categorias finais de problemas citadas.

A imitação no uso desses métodos, nos países em desenvolvimento, levou ao relativo abandono da pesquisa e do uso de técnicas gerenciais para a solução dos problemas de decisão envolvendo a transformação das estruturas sócio-econômicas desses países.

Há portanto segundo o autor, um grande hiato entre as necessidades de aplicação da ciência gerencial e o que realmente vem sendo realizado.

Ainda mais, observam-se, nessa utilização, as seguintes falhas principais:

a) Escapismo em números e índices, para mascarar um julgamento mais criterioso das decisões;

b) Uso de técnicas e linguagens complexas, para tornar os resultados ininteligíveis e inapropriados ao debate;

c) Avaliar, cientificamente, decisões já tomadas;

d) Desperdício na aplicação de recursos técnicos e científicos em problemas que poderiam ser resolvidos de forma mais simples;

e) Desperdício na elaboração de sistemas de informação par ao armazenamento de dados irrelevantes;

f) Utilização do esforço técnico-científico na solução dos problemas errados;

g) Utilização de assessoramento internacional em projetos de valor duvidoso e sem a necessária preparação prévia dos que vão receber o assessoramento.

Finalmente, Sagasti apresenta algumas questões que os cientistas gerenciais deveriam necessariamente considerar em seus trabalhos de aplicação:

"Porque as decisões são tomadas por uma elite? Para quem ele (cientista) está realmente trabalhando? São os clientes e os usuários de seus trabalhos as mesmas pessoas? Qual será o impacto das decisões nos diferentes grupos sociais de seu país?"

A VIABILIDADE DE UMA TECNOLOGIA INTERMEDIÁRIA

Finalmente, é apresentada a contribuição brasileira ao debate do assunto no trabalho de Henrique Rattner (3), que discute a viabilidade, para o Brasil, de uma tecnologia intermediária entre opções envolvendo alta sofisticação e opções envolvendo tecnologia elementar.

Rattner comenta de início a suprema valorização dada ao crescimento econômico, e a ênfase em suas medidas, tais como os índices de renda per capita ou PNB per capita, que se transformaram por si mesmos em metas a serem perseguidas.

Neste ponto destaca as observações empíricas feitas por Galbraith, levantando dúvidas sobre a validade de certos índices econômicos, refletindo o gigantismo de empresas e metrópoles, como base para planos de desenvolvimento:

"a) a organização e a racionalidade internas das empresas gigantes não são transferíveis à vida fora das empresas; ao contrário, sua expansão e prosperidade são concomitantes com a deterioração dos serviços públicos e da **qualidade de vida** nos grandes centros urbanos;

b) o automóvel e a indústria automobilística, considerados como motor de crescimento, tiveram papel preponderante na destruição do espaço urbano e no conseqüente surgimento de inúmeros problemas sociais e ambientais".

A seguir, Rattner levanta o problema de inovação tecnológica e da transferência de tecnologia, destacando a "morte" do inovador individual, esmagado pelos mecanismos de elaboração e controle das inovações por parte dos grandes oligopólios, que por sua vez transformam os resultados dos processos de inovação em instrumentos de domínio dos respectivos mercados, manipulando o gosto das comunidades, vendendo-lhes as "últimas" conquistas do progresso técnico, tudo em nome do "crescimento econômico".

Por outro lado, em escala mundial, a distribuição dos investimentos em pesquisa

e desenvolvimento (P&D) segue os padrões normais de repartição de riquezas entre países ricos e pobres: cerca de 98% do total dos gastos em P&D são efetuados nos países industrializados.

Nos países desenvolvidos, a maior parcela (2/3) é aplicada em indústrias de ponta-aéreo-espacial, eletrônica, petroquímica, armamentos, energia nuclear — de pouco ou nenhum interesse para os países subdesenvolvidos. O mais chocante é que estes dedicam seus poucos recursos a pesquisas consideradas fundamentais, freqüentemente orientadas pelos problemas e “padrões” dos países desenvolvidos (ou seja, as pesquisas são fundamentais mesmo para os países desenvolvidos).

IMPORTAR OU CRIAR TECNOLOGIA?

Na discussão de possíveis alternativas para os países em desenvolvimento, duas opções são mencionadas por Rattner:

- a) importar e adaptar “know-how”;
- b) desenvolver tecnologia nacional.

Cabe, primeiramente, no entanto, como faz Rattner, caracterizar o que seja a demanda de tecnologia nos países em desenvolvimento. Observa-se uma grande distorção nessa demanda, pela influência dos padrões e estilo de vida dos países industrializados. Assim, como exemplo, mesmo sendo universais as necessidades de moradia e transportes, isto não quer dizer que tenham de ser atendidas necessariamente por arranha-céus e carros particulares. As “necessidades” podem portanto estar sendo desfiguradas, mesmo que válidas em essência, através de um potente esquema publicitário que manipula gostos e preferências, cria hábitos e impede qualquer tentativa de inovação racionalizadora.

A inadequação da maior parte da tecnologia importada, sob este enfoque, pode ser questionada pelas seguintes razões, conforme expõe Rattner:

- a) A tecnologia sofisticada importada dos países industrialmente avançados, sendo capital-intensiva, não aproveita o fator mão de obra, abundante nos países em desenvolvimento;
- b) Essa mesma tecnologia só é eficiente quando a produção estiver organizada em empresas de grande escala, o que não se coaduna com o mercado restrito existente nos países em desenvolvimento;
- c) A tecnologia importada exige insumos importados de várias naturezas, nem sempre tornados explícitos nos contratos, o que agrava o desequilíbrio da balança de pagamentos;
- d) Uma tecnologia inadequada não irá atender satisfatoriamente aos consumidores dos países em desenvolvimento, de vez que as estruturas de distribuição de renda são diferentes; ocorre normalmente que os beneficiados serão sempre os consumidores de maior renda, ou seja, o que deveriam ter a menor prioridade de atendimento.

Rattner cita como exemplo típico de um produto inapropriado, baseado em uma tecnologia importada, o sistema de saúde dos países em desenvolvimento.

Médicos e pesquisadores concentram-se em problemas de enfarte, câncer, cirurgia de transplantes, etc., enquanto que o país carece de recursos apropriados para problemas típicos de medicina preventiva e sanitária: esquistossomose, mal de chagas, endemias rurais, etc.

Por outro lado, seria absurdo pretender trilhar os caminhos do desenvolvimento por meios exclusivamente próprios: a ajuda e a cooperação das nações mais ricas continuam sendo indispensáveis, segundo Rattner.

O problema, no entanto, é a seleção das tecnologias adequadas aos objetivos e anseios nacionais.

Rattner defende então sua proposta de uma tecnologia intermediária, que, para ser apropriada, deve:

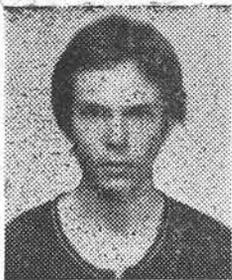
- a) resultar em maior utilização da mão de obra ociosa e subempregada;
- b) elevar a produtividade média da força de trabalho, pelo uso mais eficiente de escasso capital e dos recursos naturais;
- c) proporcionar melhores ferramentas às camadas populacionais que ficam marginalizadas no processo de crescimento urbano-industrial;
- d) assegurar que o aumento da produtividade resulte também em mercados mais amplos e estáveis e uma renda mais elevada para setores e regiões mais atrasadas.

Esta proposta, para sua implantação, teria efeitos marcantes sobre os sistemas educacional e de pesquisa, o primeiro dando menor ênfase à superespecialização de uma elite e dedicando maiores recursos à formação básica e flexível das massas e o segundo concentrando seus esforços nos problemas de desenvolvimento de uma tecnologia intermediária, identificando e experimentando processos e equipamentos mais apropriados às condições dos países em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Finaliza-se este painel deixando-se ao leitor um trabalho de reflexão sobre a temática apresentada. Aguardam-se seus valiosos comentários, críticas e propostas, para favorecer e estimular o debate e a troca de idéias, objetivos básicos desta publicação.

- (1) VARSAVSKY, O. “Por uma política científica nacional”, Paz e Terra, 1976.
- (2) SAGASTI, F. R., “Thoughts on the use (and abuse) of OR/MS in the Planning and Management of Development”, Op. Res. Q., Pergamon Press, 1976, vol. 27, 4. II, (937-948), Great Britain.
- (3) RATTNER, Henrique — “Desenvolvimento e emprego: A viabilidade de uma tecnologia intermediária”. Revista de Administração de Empresas, vol. 14 (3), pp. 145-153, Maio/Jun., 1974.



Depoimento de ex-aluno

A SOCIOLOGIA, O S. VICENTE, A EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Carlos Sandroni, ora cursando o 3.º semestre do curso de Sociologia e Política da PUC, diplomado no S. Vicente em 1976, concede entrevista à CHAMA, abordando dois assuntos, temas dessa edição: o curso de Sociologia e a atividade do Colégio S. Vicente.

“Creio, por incrível que pareça, que minhas expectativas em relação ao curso que estou fazendo (Sociologia) estão sendo razoavelmente satisfeitas; resta saber em que consistiam essas expectativas. Eu entrei na Universidade já com uma certa noção de que espécie de dificuldades se interpõem à realização de um curso de Sociologia decente. Tinha consciência de que a carreira que escolhi comporta um dilema crucial, que consiste na necessidade inadiável de optar entre a crítica e a adulação, entre o estar a serviço daqueles que estão interessados na transformação da realidade e aqueles que querem apenas remendar essa realidade, para melhor preservá-la. E esse dilema, no quadro da universidade brasileira atual, só podia ser resolvido de uma maneira, que não é aquela que, a meu ver, dá sentido e dignidade à sociologia, enquanto ciência e enquanto instrumento de libertação. A situação geral da Universidade, entretanto, não nos deve levar a pensar que essa mesma universidade esteja isenta de contradições. Na PUC, por exemplo, instituição ligada à Igreja, temos um curso, digamos, razoável, apesar de ser um curso submetido exatamente às mesmas injunções de todos os outros. Conseguiram ali reunir uma boa equipe de professores e uma boa coordenação, que possibilitam escapar à média geral.

A CHAMA — E o S. Vicente?

— “Também ele está submetido a tais injunções, também conta com uma equipe de professores que tem preocupações humanistas etc. E também nele estes fatores vão se entrelaçar de maneira determinada, e se manifestar sob a forma de uma série de contradições presentes no dia a dia da escola. Acho útil tentar discutir algumas delas. Por exemplo: qual é a principal preocupação da maioria das pessoas que procuram os serviços do Colégio? Passar no vestibular, dentre outras, e o Colégio tem de estar atento a isso. Pode um Colégio falar de educação libertadora e continuar usando métodos como a da aula expositiva? Ou ter um curso primário onde as crianças são castigadas porque saíram da sala? Não se trata de fechamento dos professores, que são legais, progressistas, mas sim que a prática concreta dele no espaço da sala e no tempo da aula é uma prática discursiva, blablablante, e portanto, conservadora. O que eu quero dizer é que não poderia ser de outro modo, ou poderia ser *pouco* diferente, a não ser que o S. Vicente rompesse com seus próprios marcos delimitadores. Ao dizer isto não quero que o S. Vicente recue, mas creio que estas observações podem contribuir para um esclarecimento das próprias fragilidades da nossa prática, contribuir para a desmistificação de um certo desbunde são vicentino, que andou grassando quando eu estudava aí.

«FICA ESTABELECIDO QUE DE AGORA
EM DIANTE VALE O AMOR»

Thiago de Mello
